



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB**

THAÍSSA LAGE MATIAS DA FONSECA

**ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO
PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: PROPOSTA DE UM MODELO**

Rio de Janeiro
2019

THAÍSSA LAGE MATIAS DA FONSECA

**ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO
PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: PROPOSTA DE UM MODELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGB/UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Simone da Rocha Weitzel

Rio de Janeiro
2019

Ficha Catalográfica

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

F676 Fonseca, Thaíssa Lage Matias da
Elementos para a elaboração de políticas de funcionamento para repositórios institucionais das Universidades Federais Brasileiras: proposta de um modelo / Thaíssa Lage Matias da Fonseca. -- Rio de Janeiro, 2019.
133

Orientador: Simone da Rocha Weitzel.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2019.

1. Repositórios institucionais. 2. Políticas de funcionamento. 3. Universidades Federais Brasileiras. I. Weitzel, Simone da Rocha, oriente. II. Título.

THAÍSSA LAGE MATIAS DA FONSECA

**ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO
PARA REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS: PROPOSTA DE UM MODELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGB/UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Simone da Rocha Weitzel -Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Claudio José Silva Ribeiro – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão– Titular Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª. Dra. Nanci Elizabeth Oddone– Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Cícera Henrique da Silva– Suplente Externo
Fundação Oswaldo Cruz

À minha família e aos amores da
minha vida Patrick e Bento, todo
meu amor e minha gratidão. Amo
vocês!

AGRADECIMENTO

Gratidão! Palavra nobre, intensa, simples e com um significado único. Sou extremamente grata por ter uma família abençoada que sempre me apoia e torce pelo meu crescimento, sucesso e por minhas vitórias. A eles todo meu amor e minha gratidão.

Ao meu marido Patrick que está presente nos momentos mais importantes da minha vida que não me deixa esmorecer nem tão pouco desistir dos meus sonhos. Te amo e obrigada por ser essa pessoa incrível.

À minha amiga Maria Helena Xavier, pelo apoio em todas as fases do mestrado, desde a seleção até o final sempre me acalmando e me auxiliando, dizendo “Gata, no final tudo dá certo, calma!” Tenho certeza que você é mais que uma amiga é minha irmã de alma. A graduação me presenteou com sua amizade que levarei pela vida toda.

Aos meus colegas de turma, o meu muito obrigada. Pelas trocas de experiências, pelos cafés, bolos, risadas, pelo nosso desespero e pelas nossas angústias em cada trabalho apresentado, qualificação e defesa. Levarei todos vocês no meu coração com imenso carinho.

À minha orientadora Simone, sempre disposta a ajudar, aberta a ouvir. Só tenho a agradecer por sua generosidade, por ser essa excelente professora, foi um prazer ser orientada por você, muito obrigada!

Obrigada meu Deus, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel pela concretização do sonho em me tornar mestre! Gratidão sempre!

“A verdadeira coragem é ir atrás dos seus sonhos mesmo quando todos dizem que ele é impossível.”

(Cora Coralina)

RESUMO

As universidades têm como pilar o tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo um espaço de produção e transferência de conhecimento, concentrando os trabalhos de docentes e pesquisadores na geração de vários estudos, em diversas áreas do conhecimento que dependem de disseminação adequada para promover o uso desse conhecimento produzido e, conseqüentemente, contribuir para o progresso e/ou desenvolvimento da ciência e da sociedade como um todo. Os repositórios institucionais de acesso aberto surgem para atender essa necessidade favorecendo maior disseminação e recuperação da produção técnico-científica, além da preservação da memória institucional das universidades. Neste contexto a proposta de pesquisa teve como tema geral o Acesso Aberto, e seu objeto de estudo as políticas dos repositórios institucionais (RIs). A pesquisa está focada na questão da possível necessidade da criação de um modelo de política de funcionamento próprio sem que esteja entrelaçado com políticas dedicadas às questões relativas a defesa e adoção do acesso aberto pela instituição ou equivalentes. O objetivo da pesquisa foi, portanto, levantar e apontar potenciais elementos e diretrizes para a elaboração de uma política de funcionamento de repositórios institucionais (RIs) que contemplasse um conceito mais amplo, abrangente e robusto. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental constituindo três corpora: 1º) Modelos teóricos baseados nos artigos de Leite (2009) e Barton e Walters (2004) para a construção de categorias que apoiarão o modelo teórico de uma política de funcionamento formando mais outro *corpus*; 2º) levantamento e localização de 60 trabalhos apresentados nos eventos profissionais SNBU e CBBB que abordassem a temática da pesquisa no período de 2002 até 2018 com o objetivo de levantar as práticas em relação às políticas de funcionamento dos RIs; 3º) 17 políticas dos RIs das universidades federais brasileiras identificados e selecionados nos diretórios OpenDOAR e ROAR. Com os dados dos 3 *corpora* foi possível propor 18 diretrizes para a construção de políticas de funcionamento de RIs de universidades federais brasileiras mais abrangentes e ajustadas às necessidades dos RIs com base em experiências brasileiras e literatura internacional.

Palavras-chave: Repositórios institucionais. Políticas de funcionamento. Universidades Federais Brasileiras.

ABSTRACT

The universities have as a pillar the tripod teaching, research and extension, being a space of production and transfer of knowledge, concentrating the works of professors and researchers in the generation of several studies, in several areas of knowledge that depend on adequate dissemination to promote the use. this knowledge produced and, consequently, contribute to the progress and / or development of science and society as a whole. Open access institutional repositories emerge to meet this need, favoring greater dissemination and recovery of technical and scientific production, in addition to preserving the institutional memory of universities. In this context, the research proposal had as its general theme Open Access, and its object of study the policies of institutional repositories (IRs). The research focuses on the question of the possible need for the creation of a proper functioning policy model without being intertwined with policies dedicated to issues related to the defense and adoption of open access by the institution or its equivalents. The objective of the research was, therefore, to raise and point out potential elements and guidelines for the elaboration of a policy of functioning of institutional repositories (IRs) that contemplated a broader, comprehensive and robust concept. For this, we used the bibliographic and documentary research constituting three corpora: 1º) Theoretical models based on the articles of Leite (2009) and Barton and Walters (2004) for the construction of categories that will support the theoretical model of a functioning policy forming more another corpus; 2) survey and localization of 60 papers presented at SNBU and CBBB professional events that addressed the research theme from 2002 to 2018 with the objective of raising the practices in relation to the IR policies; 3) 17 IR policies of Brazilian federal universities identified and selected in the OpenDOAR and ROAR directories. With data from the 3 corpora it was possible to propose 18 guidelines for the construction of IR policies of Brazilian federal universities more comprehensive and adjusted to the needs of IR based on Brazilian experiences and international literature.

Keywords: Institutional repositories. Operating Policies. Brazilian Federal Universities.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 – Repositórios institucionais selecionados.....	46
Figura 2 – Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.....	49
Gráfico 1 – SNBUs (2010 a 2018).....	54
Gráfico 2 – CBBDs (2009 a 2017).....	55
Quadro 1 – Políticas para repositórios institucionais.....	33
Quadro 2 – Síntese das políticas.....	34
Quadro 3 – SNBUs – trabalhos apresentados sobre repositórios institucionais ou políticas de RIs.....	44
Quadro 4 – CBBDs – trabalhos apresentados sobre repositórios institucionais ou políticas de RIs.....	44
Quadro 5 – Universidades e suas políticas.....	47
Quadro 6 – Tipos de políticas e ocorrências.....	48
Quadro 7 – Elementos de políticas de funcionamento extraídos dos estudos de Leite (2009), Barton e Walters (2004).....	52
Quadro 8 – Elementos comuns de políticas de funcionamento – Leite (2009), Barton e Walters (2004).....	52
Quadro 9 – Políticas extraídas dos artigos apresentados nos SNBUs e CBBDs.....	63
Quadro 10 – Artigos do SNBU 2014 que abordam políticas de funcionamento.....	65
Quadro 11 – Elementos existentes nas políticas dos repositórios selecionados.....	83
Quadro 12 – Quadro comparativo 1.....	84
Quadro 13 – Quadro comparativo 2.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
ROAR	Registry of Open Access Repositories
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO.....	18
1.1.1 Objetivo geral.....	18
1.1.2 Objetivos específicos.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 TIPOLOGIAS DAS POLÍTICAS.....	31
2.2 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.....	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
4 COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1 MODELOS TEÓRICOS DE LEITE (2009) E BARTON E WALTERS.....	50
4.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIA NOS EVENTOS PROFISSIONAIS: SNBU E CBBB.....	53
4.2.1 Citações dos trabalhos referenciando a literatura especializada.....	56
4.2.2 Política de funcionamento.....	64
4.3 DADOS IDENTIFICADOS NAS 14 POLÍTICAS DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	65
4.4 QUADROS COMPARATIVOS – LITERATURA, POLÍTICAS E EVENTOS.....	84
5. PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – TRABALHOS APRESENTADOS NOS SNBUS (2002-2018)	96
APÊNDICE B – TRABALHOS APRESENTADOS NOS CBBDS (2002- 2017)	104
APÊNDICE C – UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS QUE POSSUEM REPOSITÓRIOS	106
APÊNDICE D - REPOSITÓRIOS COM POLÍTICAS DISPONÍVEIS (EM SEUS SITES)	108
APÊNDICE E – REPOSITÓRIOS SEM POLÍTICAS DISPONÍVEIS	110
APÊNDICE F - REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS CADASTRADOS NO OPENDOAR	111
APÊNDICE G - REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS CADASTRADOS NO ROAR	112

APÊNDICE H – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS CADASTRADOS APENAS NO OPENDOAR.....	113
APÊNDICE I – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAISBRASILEIRAS APENAS NO ROAR.....	114
ANEXO 1 – MODELO DE POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO DE UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.....	115
ANEXO 2 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFPA.....	118
ANEXO 3 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFT.....	119
ANEXO 4 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFBA.....	120
ANEXO 5 – POLÍITCA DO REPOSITÓRIO DA UFC.....	121
ANEXO 6 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFS.....	122
ANEXO7 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFPE.....	123
ANEXO 8 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFRN.....	124
ANEXO 9 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFMS.....	125
ANEXO 10 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UnB.....	126
ANEXO 11 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFMG.....	127
ANEXO 12 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFOP.....	128
ANEXO 13 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFPA.....	129
ANEXO 14 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFJVM.....	130
ANEXO 15 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFF.....	131
ANEXO 16 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFRGS.....	132
ANEXO 17 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA FURG.....	133

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e de comunicação impactaram de forma considerável a Comunicação Científica, que aliada a Internet, estabeleceu o que a literatura vem denominando de um novo paradigma. O Movimento de Acesso Aberto surge sob essas bases promovendo a transição do processo de Comunicação Científica, antes estruturado sobre bases impressas, para o âmbito digital, a construção de novas formas de cooperação entre pares otimizando a produção do conhecimento e a disseminação da informação científica.

Inserido nesse contexto estão os repositórios institucionais como uma das estratégias do Movimento do Acesso Aberto para disponibilizar de forma gratuita para todos os interessados a produção técnico-científica de uma instituição, especialmente de institutos de pesquisa e de universidades responsáveis pela maior parte da produção de conhecimento no mundo. Na Declaração de Budapeste (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012), em um dos documentos produzidos pelo Movimento, foram estabelecidas duas estratégias para possibilitar o acesso livre sem barreiras de pagamento: o Acesso Aberto Verde que consiste justamente no depósito de trabalhos científicos na rede de repositórios institucionais (RI) e o Acesso Aberto Dourado – orientado para a publicação de uma nova geração de periódicos científicos comprometidos com o acesso aberto sem cobranças de taxas (para acesso ou para publicar) e também com o intuito de colaborar para que periódicos existentes possam fazer a transição para o acesso aberto.

A Declaração de Budapeste proporcionou o fortalecimento do Movimento do Acesso Aberto, que associado a diversas outras iniciativas, tais como plataformas de publicação, diretórios de periódicos e repositórios e mesmo o projeto Sherpa/Romeo também contribuíram para alavancar o avanço do acesso aberto.

O Acesso Aberto Verde tem por objetivo, promover o acesso aberto a conteúdo científico e tecnológico proveniente de resultados de pesquisas, especialmente aquelas pesquisas financiadas com recursos públicos - livres para acesso em qualquer lugar do mundo e sem nenhum tipo de pagamento. Trata-se de uma estratégia para garantir a difusão da ciência e da tecnologia e para proporcionar os avanços e benefícios necessários para a Humanidade.

Outro aspecto importante da estratégia do Acesso Aberto Verde refere-se à produção científica publicada em periódicos de acesso restrito que deve ser

depositada em Repositórios Institucionais para promover o acesso, a divulgação dos resultados das pesquisas desde que sejam respeitadas as políticas editoriais dos periódicos que poderão ou não definir períodos de embargo.

Para cumprir seu papel tal como estabelecido pelo Movimento do Acesso aberto os repositórios institucionais devem ser implantados com base em políticas e diretrizes constituídas e formalmente estabelecidas no âmbito da universidade ou do instituto de pesquisa, que especifiquem responsabilidades incluindo o caráter mandatório do depósito da produção científica, detalhes técnicos e características do repositório institucional.

As políticas orientam as decisões tomadas durante o planejamento e a implantação do RI, que determinam os tipos de materiais e conteúdos que poderão ser inseridos, quem poderá incluir arquivos, as coleções que serão criadas, os direitos e as responsabilidades dos envolvidos, os deveres da biblioteca no processo, os tipos de acesso, questões de privacidade, preservação, metadados, edição do material, direitos autorais, entre outros aspectos relevantes (VARGAS, 2008).

Uma das políticas necessárias ao repositório institucional é a de funcionamento, que deve contribuir para integrar o repositório ao planejamento estratégico e no ambiente de informação da instituição. Também deve apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; estabelecer estratégias para atrair usuários; instituir responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; estabelecer estratégias para povoar o repositório; torná-lo legalmente oficial; preservação digital de longo prazo, dentre outros, conforme apresenta (LEITE, 2009).

Após uma primeira pesquisa exploratória realizada nos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras, constatou-se que suas políticas apresentam-se com denominações variadas, tais como: política de informação, política de uso, política de metadados, política de depósito. Todas essas políticas são compostas por uma série de elementos que deveria apoiar a parte operacional, como uma política de funcionamento, diferentemente das políticas mandatórias com um caráter mais filosófico.

Barton e Waters (2004) citam os aspectos que devem compor a política de funcionamento: tipos de materiais aceitos no depósito; identificar autores que podem fazer o depósito (pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação etc); tipos de conteúdos depositados: teses, dissertações, materiais de aprendizagem; estabelecer

critérios para a determinação do que se constitui a coleção no RI; definir critérios para estabelecimento de comunidades e coleções: coleções pessoais, temáticas, baseadas na estrutura da universidade (unidades, departamentos); explicitar direitos e responsabilidades; criar diretrizes para o processo de submissão e organização de conteúdos, como os metadados; elaborar política de privacidade para usuários registrados no sistema; estabelecer regras para restrição de acesso, se necessário, de quanto tempo, no máximo, embargo; identificar política de licenciamento de conteúdos produzidos por membros da instituição; criar política de preservação digital; criar política de descarte ou retirada de itens; conhecer aspectos legais e de direitos autorais. Esses elementos caracterizam uma política própria que requer conhecimentos prévios para o desenvolvimento e o pleno funcionamento dos repositórios institucionais.

Tendo por base o estudo de Barton e Waters (2004) o presente trabalho pretende, portanto, elaborar a partir da identificação e coleta de dados elementos que componham um política de funcionamento, que sirva de modelo para futuros repositórios e/ou repositórios que não tenham políticas de funcionamento como também para aqueles RIs que já possuem políticas terem a oportunidade de aprimorá-las.

Para viabilizar o estudo, a pesquisa de campo, essencialmente descritiva, foi estruturada por três partes baseadas na pesquisa documental formando respectivamente três *corpora*: o primeiro se refere aos modelos teóricos baseados nos artigos de Leite (2009) e Barton e Walters (2004) para a construção de categorias que apoiarão o modelo teórico de uma política de funcionamento formando um *corpus*; o segundo se refere à identificação e leitura dos artigos dos SNBUs e dos CBBDs relacionados ao tema da pesquisa no período de 2002 até 2018 com o objetivo de levantar as práticas em relação às políticas de funcionamento dos RIs formando outro *corpus*; o terceiro estabelece as regras para a seleção e coleta das políticas dos repositórios institucionais das universidades federais e analisa o *corpus* formado pelas 17 políticas selecionadas a partir do OpenDOAR e ROAR.

A delimitação deste estudo se deu por meio dos RIs das universidades federais brasileiras que tenham cadastrado suas respectivas política mandatória nos diretórios do OpenDOAR e ROAR, condição importante para manter o RI em funcionamento com qualidade de acordo com o Movimento de Acesso Aberto.

Estes diretórios são referências mundiais para registro de repositórios sendo

que o ROAR (Registry of Open Access Repositories) - diretório internacional de repositórios de acesso aberto gerido pela Universidade de Southampton - é reconhecido por monitorar as políticas mandatórias e concentram um grande número de registros acerca dos repositórios brasileiros e estrangeiros em fonte específica denominada de ROARMAP (The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies). (RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, 2018). No ROAR cada perfil de repositório inclui estatísticas de crescimento, número total de registros – assim como os formatos usados - e seus metadados são armazenados, permitindo através do uso do protocolo OAI-PMH (Open Achieves Initiative Protocol for Metadata Harvesting) compilar a informação, o intercâmbio de metadados que são coletados por provedores de serviços, como por exemplo, o Oasis.br. O Oasis.br é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do Oasisbr é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas. (IBICT).

Já o OpenDOAR (Directory of Open Access Repositories) é um diretório de repositórios de acesso aberto do campo científico gerenciado pelo Sherpa da Universidade de Nottingham. São aceitos no OpenDOAR, repositórios com textos integrais que estejam acessíveis sem qualquer tipo de restrição. O repositório cadastrado está sujeito a validações manuais além de outras automatizadas. As suas funcionalidades comportam a obtenção de listas de repositórios a pesquisa do registro dos repositórios e do respectivo conteúdo. (RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, 2018).

A contribuição do presente estudo para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação está na possibilidade de se estabelecer os elementos essenciais para a elaboração de uma política de funcionamento, uma “política mestra” com o intuito de orientar os gestores de repositórios institucionais de universidades federais brasileiras de forma a trazer maior qualidade na gestão dos repositórios.

Sendo assim, a realização desta pesquisa está centrada em analisar como estão estruturadas as 17 políticas disponíveis em Repositórios Institucionais cadastrados nos diretórios OpenDOAR e ROAR para verificar quais elementos poderão constituir uma política dedicada ao funcionamento de Repositórios Institucionais das Universidades Federais Brasileiras com base nas recomendações da literatura

especializada.

O estudo está dividido em seis seções conforme segue: a primeira seção contém a introdução com os objetivos (geral e específicos) e a justificativa para a execução da pesquisa. A seção 2 foi dedicada à revisão de literatura incluindo os tipos de políticas existentes e o papel do bibliotecário no Repositório institucional. A terceira seção apresenta as metodologias utilizadas para a construção do estudo. A coleta de dados, tabulação e discussão estão concentradas na seção 4 com dados sobre as 17 políticas dos RIs das universidades federais selecionadas, os relatos de experiências das universidades federais brasileiras nos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) e as categorias teóricas de uma política de funcionamento. A quinta seção destaca as diretrizes para a construção de políticas de funcionamento em RIs. A última seção apresenta a conclusão do estudo.

1.1 OBJETIVOS

Por meio dos objetivos geral e específicos procurar-se-á definir as questões a que este estudo se refere.

1.1.1 Objetivo geral

Propor um modelo de políticas de funcionamento para RIs das IFES e recomendar critérios para sua elaboração.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Levantar a literatura sobre políticas de funcionamento de repositórios, realizando uma categorização teórica dos elementos das políticas com a finalidade de elaborar um modelo teórico;
- b) Identificar os trabalhos sobre políticas em RIs, nos trabalhos apresentados nos SNBUs e CBBDDs;
- c) Identificar os repositórios institucionais das universidades federais brasileiras, suas políticas e os elementos que as constituem;

d) Propor um modelo de política de funcionamento de repositórios institucionais a partir das práticas brasileiras e da pela literatura sobre o tema.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os repositórios institucionais são peças importantes para o desenvolvimento da via verde – posteriormente denominado de Acesso Aberto Verde (HARNAD et al. 2004; 2012) alinhados ao Movimento do Acesso Aberto. É por meio do RI que a produção técnico-científica das instituições alcança maior visibilidade na *web* além de contribuir para a reestruturação dos processos de produção e Comunicação Científica no âmbito digital, expandindo e potencializando o acesso aos resultados alcançados nas pesquisas.

As políticas de funcionamento são fundamentais para garantir a qualidade da gestão e a funcionalidade dos processos existentes em um repositório institucional. É necessário estabelecer uma política de funcionamento consistente e robusta, no que tange o estabelecimento de responsabilidades, direitos e deveres e que esta política esteja explícita nos repositórios institucionais para que usuários saibam e compreendam a missão, objetivos e características que compõem um repositório institucional. Estas políticas devem estar de acordo com as decisões tomadas ao longo da implantação do repositório institucional e considerar a sua importância para a execução e as diretrizes do mesmo, assim todos os aspectos pertinentes às boas práticas de gestão estarão contemplados na política de funcionamento do repositório. Diferentemente de uma **política mandatária** que apresenta aspectos mais filosóficos e políticos de um RI em relação ao Acesso Aberto e as práticas de depósito compulsório, uma **política de funcionamento** visa questões das práticas, da operacionalização do repositório.

Mesmo com estratégias de incentivo tais como: disponibilização de documentos, materiais de apoio e treinamento qualificado a adesão pelo pesquisador ao acesso aberto perpassa, principalmente, por um posicionamento político em oposição à mercantilização do conhecimento científico produzido e/ou financiado pelo setor público. Logo, são questões mais profundas que o simples acesso gratuito ao conteúdo das revistas científicas. O acesso aberto verde equivale, conforme visto, à criação de repositórios institucionais de acesso livre, para o depósito, organização e disseminação de publicações científicas. É um

arquivamento da produção científica que pode ser feito pelo próprio autor do artigo já publicado ou aceito para publicação, a partir do sinal verde do editor, para que o documento seja disponibilizado para todos de forma imediata, se não houver embargos a serem cumpridos. O acesso aos artigos publicados em revistas de acesso restrito é possível por intermédio de repositórios de acesso aberto.

Entretanto até o momento, muitos desafios precisam ser superados. Ainda há barreiras a serem quebradas, principalmente com relação ao auto-arquivamento da produção científica pelo pesquisador em repositórios institucionais. O auto-arquivamento consiste na possibilidade de o próprio autor arquivar seu trabalho no formato digital (*pré-print*, *pós-print* e versão do editor), sem intermediação de terceiros. Autores como Alma Swan (2012) vêm incentivando cada vez mais os pesquisadores a realizar depósitos voluntários dos seus artigos científicos. Com o intuito de auxiliar gestores no depósito da produção técnico-científica foram criados aplicativos para o depósito de forma automática, através do próprio autor do trabalho ou por meio da importação automática de dados bibliográficos/descriptivos nos repositórios.

Há algumas hipóteses para a baixa adesão ao auto-arquivamento: o desconhecimento dos pesquisadores; a sobrecarga de trabalho; a falta de motivação por parte das instituições e a descrença de que essa ação voluntária resultaria em algum benefício para o próprio pesquisador e/ou para a instituição a qual está vinculado. (SWAN, 2012)

Contudo, as instituições têm uma preocupação maior com políticas mandatórias e as de informação devido à função importante que estas desempenham que é a consolidação do acesso aberto por meio das instituições que geram conhecimento científico.

Certamente, as políticas relativas à parte operacional, como a política de funcionamento, auxiliam na melhor compreensão do papel político e econômico do acesso aberto, além da assistência através de treinamentos para a realização de depósitos nos repositórios institucionais, permitindo aos pesquisadores adquirirem competências no auto-arquivamento e a divulgação das suas pesquisas de forma mais ágil e democrática, disseminando o conhecimento, promovendo reconhecimento e visibilidade ao trabalho realizado, assim como a Universidade, impulsionando a consolidação do Movimento do Acesso Aberto à informação científica.

Vale salientar que embora haja referências relevantes sobre o tema a ser abordado, percebe-se que estudos específicos acerca de políticas e diretrizes que regem os repositórios ainda são poucos os estudos encontrados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção a proposta reside numa revisão de literatura sobre repositórios institucionais como também sobre o Movimento de Acesso Aberto, tendo por objetivo fazer um levantamento das produções acadêmicas sobre o tema desta pesquisa.

Em grande parte do mundo as universidades carregam consigo dois pilares fundamentais: a pesquisa e o ensino. De fato, na maioria dos países, as pesquisas e estudos científicos ocorrem dentro das universidades. Portanto, é nesse ambiente que florescem grandes estudos e se concentram grandes personalidades do campo acadêmico e científico. A concepção de que a pesquisa científica e a universidade estão ligadas é uma teoria difundida como princípio básico das políticas educacionais em muitos países, tendo sua origem na Alemanha. Sendo assim, é notável a relevância da universidade como protagonista dentro do cenário de produção do conhecimento. (SCHWARTZMAN, 1986)

Por outro lado, a produção de conhecimento em grande escala nas universidades aponta para a necessidade da disseminação e uso do conhecimento produzido. A divulgação de resultados de pesquisas é fundamental para a difusão do conhecimento e informação além de prestar contas com a sociedade de todo o recurso público gasto em pesquisas científicas.

Kuramoto (2006, p. 91) afirmar que “a informação é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país”. Uma das características marcantes da ciência repousa no fato desta apresentar um grau maior de confiabilidade devido a aplicação de métodos aceitos e certificados para validação do conhecimento científico. Por isso, é de fundamental importância que os resultados das pesquisas de um cientista sejam amplamente expostos e submetidos ao julgamento da comunidade científica. Neste contexto, depreende-se que comunicação científica é o conjunto dessas atividades, constituindo o sistema de comunicação científica de uma determinada área da ciência (MUELLER, 2003). Assim, os pesquisadores dependem de um intrincado sistema de comunicação, no qual os cientistas utilizam tanto para comunicar os resultados quanto para se informar dos resultados de outros pesquisadores.

Meadows (1999) considera que esse processo está baseado na comunicação a qual “situa-se no próprio coração da ciência”. Isto quer dizer que a difusão da pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa. É por meio da comunicação da pesquisa que a autenticidade e fidedignidade de seus resultados são aceitos e reconhecidos pelos pares.

Sobre isso Garvey e Griffith (1979) reiteram que:

A comunicação científica incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos.

Os crescentes avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs) ampliam e agilizam a capacidade de comunicação da informação na sociedade. Porém, como o sistema de comunicação científica está inserido no sistema capitalista, as instituições de pesquisa e as universidades estão sujeitas à lógica do lucro de editoras comerciais que, em alguns casos, monopolizam os principais títulos de periódicos existentes no mundo em várias áreas do conhecimento (LE COADIC, 1996; KISHI, 2016). Sendo os periódicos um dos canais mais importantes para comunicação de resultados das pesquisas, é preciso pagar por assinaturas por preços muitas vezes exorbitantes para que o pesquisador possa ter acesso ao foi publicado em sua área (ORSI, 2012). No ambiente digital não é diferente. Além das assinaturas há também diversos casos em que é preciso pagar para publicar para que o artigo fique disponível em acesso aberto. Isto ocorre porque grandes editoras comerciais de periódicos desenvolveram modelos de negócios incorporando o acesso aberto. Harnad (2015) denomina essa prática de acesso aberto híbrido onde o periódico de assinatura contém artigos de acesso aberto para aqueles que pagam para publicar, isto é, pagam uma taxa denominada de *Article Processing Charge* (APC) para que o artigo fique disponível em acesso aberto tão logo seja aceito pela revisão de pares (WEITZEL, 2014).

Apesar dos resultados alcançados, também persistem alguns problemas enfrentados no século passado: grande parte da informação produzida nas instituições não está disponível para a comunidade acadêmica da própria instituição e tampouco para a comunidade científica. Isto ocorre devido a uma série de fatores, dentre os quais: a morosidade dos processos de publicação, custos para a publicação,

os documentos não-publicados ou não acessíveis que acabam se perdendo por falta de formas eficientes de acesso a informação, entre outros fatores. (SANTOS *et.al.*, 2017).

Com a crise estabelecida pela alta dos preços nas assinaturas de periódicos nos anos 1980, tornou-se difícil manter atualizadas as coleções de periódicos nas bibliotecas dificultando o acesso à informação da comunidade científica. Há um círculo vicioso baseado na cessão da produção científica dos pesquisadores para editoras comerciais que cobram para prover o acesso aos mesmos, impedindo a livre circulação da produção até mesmo da própria instituição de origem do pesquisador.

A convergência das tecnologias de informação e comunicação (TICs) possibilitou alguns avanços conforme visto. O exemplo mais emblemático vem das que as práticas já existentes no campo físico – isto é, o envio de *pré-prints* entre os pesquisadores – viabilizasse a criação do primeiro repositório digital de *pré-prints*, desenvolvidos pelo físico Paul Ginsparg, fazendo frente às dificuldades sofridas com o círculo vicioso. O aprimoramento das TICs foi fundamental para inaugurar uma nova forma de lidar com a produção científica tanto no que se refere ao acesso, uso e difusão.

Nesse contexto surge o Movimento de Acesso Livre como uma proposta de mudança no paradigma vigente da comunicação científica, consistindo na disponibilização na Internet de forma livre e gratuita as publicações científicas, permitindo a leitura, a distribuição, o descarregamento, a impressão e a pesquisa contribuindo para a divulgação e avanço da ciência.

Inicialmente o termo Acesso Livre foi adotado, porém, anos mais tarde com o desenvolvimento do Acesso Aberto, o termo Acesso Livre dá lugar ao termo Acesso Aberto. O Acesso Livre passa a ser considerado uma oposição ao um modelo de negócios, enquanto o Acesso Aberto se refere ao acesso ao conteúdo. (GUÉDON, 2010, p. 21-22).

A Convenção de Santa Fé (1999) foi importante para o surgimento e fortalecimento do Movimento de Acesso Aberto constituindo a base da infraestrutura do acesso aberto. Surgem outras iniciativas no mundo e no Brasil como a Criação do ArXiv (1991), antes denominado de *The Los Alamos National Laboratory E-PrintServer*, bem como de outros repositórios ainda na década de 1990, a Declaração de Budapeste (2002) denominada *Budapeste Open Access Initiative (BOAI)*, Declaração de

Bethesda (2003), Declaração de Berlim (2003) (SUBER, 2009).

No Brasil, iniciativas importantes e pioneiras também contribuíram para o Movimento do Acesso Aberto com a criação do SciELO (1997), a criação da BDTD (2002) e do SEER (2003) e o Manifesto de Acesso Livre a Informação em Ciência e Tecnologia do IBICT (2005).

A reunião que antecedeu a criação da BOAI ocorreu na Hungria em dezembro de 2001, cujo produto resultou na Declaração de Budapeste lançada em fevereiro de 2002. Esta declaração é reconhecida como a primeira expressão da sociedade científica em prol do Acesso Aberto. (embora existam outras, tais como Declaração de San José (1998) e *DECLARATION ON SCIENCE AND THE USE OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE* (1999). Nesse encontro pesquisadores e cientistas ideias e discutiram questões relacionadas ao direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos; licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal. (COSTA, 2006).

Destaca-se, ainda, que o BOAI teve por objetivo convocar a comunidade científica e as instituições acadêmicas e de pesquisa para repensarem outra forma de o acesso à produção científica, mais justa, enfrentando assim, as barreiras que de impossibilitavam o acesso. A Declaração de Budapeste apresentou definições, princípios e estratégias comprometidos com o Acesso Aberto e definindo duas estratégias de acesso aberto à informação científica que foram denominadas de Via Verde e Via Dourada por Harnad *et al* (2004). Posteriormente Harnad (2012) adotou os termos Acesso Aberto Dourado e Acesso Aberto Verde para reforçar as estratégias viabilizadoras do processo originalmente estabelecido na BOAI.

O Acesso Aberto Dourado propõe a promoção do acesso aberto por meio dos periódicos científicos, que não restringem o acesso e uso do material que tornam disponíveis. Já o Acesso Aberto Verde indica o auto-arquivamento da produção científica em repositórios digitais de acesso aberto.

A segunda declaração em defesa ao Acesso Aberto teve origem do encontro realizado no ano de 2003 em Bethesda, com o objetivo de discutir a melhoria na adesão do acesso aberto à informação científica. O resultado da reunião foi a criação

do *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, uma “declaração de princípios” que definiu que as publicações de acesso aberto deveriam compreender duas versões:

a primeira deve assegurar a todo usuário o direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos; e licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal. (COSTA, 2006 p.42)

Enquanto que a segunda indica que

a versão completa do trabalho publicado, assim como de todo material suplementar, incluindo uma cópia da permissão citada na primeira condição, em formato eletrônico apropriado, deve ser depositada, imediatamente após a publicação inicial, em pelo menos um repositório *on-line*. (COSTA, 2006, p.42)

Em Berlim, também em 2003, ocorreu outra reunião de grande relevância internacional, com a participação de várias instituições europeias apoiando o Acesso Aberto e o depósito de artigos científicos em repositórios institucionais. Desse encontro foi gerado a Declaração de Berlim na qual estabeleceu que – qualquer pessoa que produza conhecimento científico deve depositar o resultado da pesquisa em repositórios institucionais de acesso aberto. O Acesso Aberto pode incluir resultados de pesquisas originais, dados de pesquisa não processados, metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos, gráficos e material acadêmico multimídia. (LEITE, 2009).

Muito recentemente foram atribuídos inúmeros benefícios que ressaltam a importância do Acesso Aberto, tais como: promover a velocidade, eficácia da pesquisa; possibilitar a interdisciplinaridade da pesquisa; aumentar a visibilidade, uso e impacto da pesquisa; permitir que todos os profissionais de todas as áreas se beneficiem da pesquisa; Aumentar novas modalidades de negócios, no campo da publicação periódica, para os repositórios de acesso livre e criadores de serviços que fornecem novas necessidades, processos e sistemas com novos métodos de disseminação. (SWAN, 2012)

A participação Kuramoto e Costa na 7ª edição do ELPUB, realizada em 2003 na cidade de Guimarães em Portugal foi decisiva para trazer as experiências de ponta em relação a plataformas de publicação científica e de implementação de repositórios institucionais. (KURAMOTO, LEITE, COSTA, 2013).

O IBICT teve papel primordial na inserção do Movimento do Acesso Aberto no Brasil, sendo precursor brasileiro dessa iniciativa em nosso país, ao lançar, o

primeiro repositório brasileiro dentro do modelo *open access*, denominado Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que utiliza o protocolo OAI-PMH, recurso básico para integração de repositórios institucionais. Foi dessa maneira que o IBICT adquiriu experiência e competência técnicas necessárias para fazer parte do Movimento de Acesso Aberto Mundial.

Importante ressaltar que, assim como o IBICT foi pioneiro na implantação de repositórios em larga escala no país, também a Bireme, em parceria com a FAPESP, foram os primeiros a oferecer acesso aos textos completo das revistas da rede SciELO.

O projeto SciELO estrutura-se como fruto da cooperação entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS), uma instituição nacional e outra internacional relacionadas, respectivamente, com a comunicação científica e editores científicos.[...]O SciELO foi a primeira base de dados em nível internacional a apresentar Acesso Aberto de textos integrais sem restrições. Isto é o indexador pioneiro padrão Golden Open Access. Outra particularidade importante do SciELO é ter um maior número de revistas das áreas humanas, ciências sociais aplicadas e arte e literatura no total. Fato que não é comum entre os grandes indexadores internacionais. (PARKER *et.al.*, 2014)

Existem diversas definições para repositórios institucionais. Em 2003, Clifford Lynch situou a definição de repositórios institucionais nas universidades com o intuito de valorizar o papel das mesmas, determinando que os conteúdos desses repositórios são produzidos pela comunidade universitária.

Lynch (2003) definiu repositório institucional como

[...] um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e membros da sua comunidade. É mais essencialmente um compromisso organizacional com a dispensação desses materiais digitais, incluindo preservação a longo prazo, se for o caso, bem como a organização e acesso ou distribuição. Os repositórios institucionais reúnem documentos produzidos na instituição. Por exemplo, repositórios de uma universidade reuniriam, em formato digital, toda a produção científica ou acadêmica produzida na universidade, formando coleções de documentos digitais.

Os responsáveis por manter os repositórios assumem então o compromisso de preservá-los tendo como a função principal é prover o acesso aberto à produção científica na origem. Além de preservar a memória institucional, a finalidade principal dos repositórios é, principalmente, aumentar a visibilidade da instituição,

permitindo e estimulando o acesso à produção da universidade. Vale salientar que as estratégias do Acesso Aberto estão orientadas para a produção científica diretamente na fonte, isto é, as universidades e institutos de pesquisa.

Os repositórios estão disponíveis a todos os interessados, oferecendo meios de busca, identificação e recuperação da informação. Todo tipo de documento produzido na universidade seria depositado no repositório universitário, como os trabalhos dos professores e dos pesquisadores apresentados em congressos e reuniões profissionais, versões de artigos impressos, relatórios de pesquisa, programas de disciplinas e textos elaborados para aulas, trabalhos realizados por alunos, teses e dissertações, trabalhos de disciplinas e outros. (MULLER, 2006, p.32)

Segundo Leite (2009) os repositórios apresentam duas abordagens, são elas rígida e flexível. A abordagem rígida indica que os repositórios priorizam os conteúdos submetidos a processos avaliativos pelos pares, porque visam um controle de qualidade, potencializando a comunicação científica formal ligada ao sistema de publicações científicas; enquanto que a abordagem flexível a destinação dos repositórios é estendida ao contemplar não só conteúdos científicos avaliados por pares, como também conteúdos de natureza científica produzida por membros da instituição: conteúdo audiovisual, imagens, vídeos, objetos de aprendizagem, dentre outros.

Os repositórios podem ser classificados de várias maneiras. Leite (2009, p. 19) caracteriza, partindo de outros estudos, três tipos de repositórios digitais:

- a) Repositórios institucionais: voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa;
- b) Repositórios temáticos ou disciplinares: voltados a comunidades científicas específicas.

Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.

- c) Repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation – ETDs*): repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas *ETDs* é centralizada por um agregador.

Ao passo que Kuramoto (2012) os apresenta como sendo basicamente de três tipos:

- d) Repositório institucional – armazena a produção científica de uma instituição;
- e) Repositório temático ou disciplinar – concentra a produção científica de uma área do conhecimento ou disciplina; e

- f) Repositório central – armazena a produção científica de uma ou mais agência de fomento.

Um repositório institucional, conforme destaca Crown (2002), está relacionado ao fato de ele reunir em um único local a publicação científica daquela instituição, concentrando o armazenamento, facilitando o acesso e possibilitando o resgate e a preservação da memória científica daquela instituição, abrindo as portas para a interoperabilidade da informação.

Além dos benefícios apontados por Crown, os repositórios trazem para as universidades e institutos de pesquisas enormes vantagens, como:

- a) Aumento da visibilidade e presença na Web;
- b) Maior impacto da investigação desenvolvida na instituição;
- c) Promove a utilização dos trabalhos científicos produzidos na instituição;
- d) Dota a instituição de um acervo científico único, completo, facilmente acessível, bem como dos meios para analisar, gerir e avaliar a produção científica institucional de forma mais eficiente;
- e) Funciona como portfólio das suas atividades de investigação e como um instrumento de *marketing* estratégico. (RODRIGUES, 2009, p.7)

Entre as diversas funções de um repositório institucional, como já foi mencionado, a de preservação da memória intelectual da instituição é de extrema importância, servindo, ainda, como uma ferramenta de gestão científica para a instituição.

É importante esclarecer que o Acesso Aberto não é auto-publicação, conforme ressalta Rodrigues (2009, p.5),

[...] uma forma de ultrapassar o processo de revisão pelos pares (*peer review*) e publicação, nem é uma forma alternativa para publicação a baixo preço. É simplesmente uma forma de tornar os resultados de investigação acessíveis livremente *on-line* para toda a comunidade científica.

Para garantir a permanência dos RIs, Davila e outros (2006) destacam aspectos importantes:

[...] a sustentabilidade e o desenvolvimento de um RI baseiam-se, principalmente, na sensibilização da comunidade acadêmica para preservar e difundir sua produção intelectual por esse tipo de plataforma. Não existe uma metodologia única e os mecanismos de alimentação da informação não são universais, uma vez que se fundamentam em esquemas culturais e costumes institucionais. (DAVILA et al., 2006 apud ROSA; GOMES, 2010, p. 24)

Desafios acerca do Movimento de Acesso Aberto e repositórios institucionais ainda precisam ser alcançados. Entretanto, vale ressaltar que os repositórios trouxeram avanços significativos, tais como:

- a) Melhora o gerenciamento da produção científica;
- b) Permite o acesso à informação científica;
- c) Crescimento da visibilidade dos trabalhos disponibilizados;
- d) Aumento na média de citações;
- e) Aumento do impacto dos resultados das pesquisas;
- f) Institucionalização da produção intelectual produzida;
- g) Confiabilidade das informações;
- h) Preservação digital dos documentos;
- i) Reúne a produção intelectual da instituição num único lugar;
- j) Participa do Movimento de Acesso Aberto;
- k) Integração com outros sistemas de informação;
- l) Acesso a dados estatísticos – consulta e downloads.

Apesar do seu potencial, vantagens e benefícios nem todas as universidades públicas brasileiras possuem repositórios institucionais. Ou seja, a produção técnico-científica não está sendo preservada e muito menos disseminada, correndo riscos de perda devido a sua vulnerabilidade. Dentre os principais benefícios que os repositórios proporcionam destacam-se:

- a) Aumenta a visibilidade de suas descobertas científicas;
- b) Facilita o gerenciamento da produção científica;
- c) Oferece um único ponto de referência para os trabalhos, acessíveis 24 horas;
- d) Oferece ambiente seguro em que os trabalhos são permanentemente armazenados;
- e) Dissemina a literatura cinzenta;
- f) Identifica os trabalhos científicos com um endereço eletrônico simples e persistente, permitindo que os trabalhos sejam citados ou referenciados;
- g) Facilita a identificação de plágio;
- h) Supre as demandas das agências de fomento em relação a disseminação de sua produção científica.

O empenho das universidades é necessário na criação desses repositórios para a difusão da informação. Vale salientar que as políticas são essenciais para o funcionamento, desenvolvimento e sustentabilidade dos repositórios, pois garantem

que todo trabalho, conhecimento produzido pela universidade será depositado no repositório para ser acessado, baixado integralmente de forma gratuita.

2.1 TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS

Políticas que norteiam o funcionamento dos repositórios são fundamentais para auxiliar a operacionalidade tanto para quem gerencia, deposita ou consulta seus conteúdos. No momento do planejamento, é necessário definir qual o tipo de conteúdo aceito; quem pode depositá-lo; como são os fluxos de trabalho; as responsabilidades de cada ator envolvido; os serviços oferecidos e se há custos para uso.

A falta de clareza das políticas pode gerar incertezas na comunidade interessada, prejudicando a confiabilidade do RI e, possivelmente, acarretando sua subutilização, uma vez que os usuários em potencial não têm informações suficientes sobre a disponibilidade de reprodução ou utilização dos documentos, por exemplo.

A partir da literatura consultada foram identificados 12 termos relacionados a políticas de repositórios institucionais conforme segue: política de informação, política mandatória, política de uso, política de depósito, política de conteúdo, política de marketing, política de gerenciamento, política de preservação e política de funcionamento.

Tomaremos por base, a priori, os autores Leite (2009), Viana e Mádero Arellano (2006) e Tomaél e Silva (2007) por abordarem em seus textos assuntos relacionados à categorização e identificação de políticas. São elas:

- a) **Política de conteúdo:** indica os tipos documentais e suportes materiais integrarão o RI;
- b) **Política de submissão/depósito:** orienta sobre as regras de submissão e depósito, contemplando aspectos relativos aos direitos autorais, auto-arquivamento e restrições/concessões que determinados grupos ou pessoas têm para depositar material no RI;
- c) **Política de acesso à informação:** informa os níveis e perfis de permissões de acesso;
- d) **Política de preservação digital:** aborda tópicos relativos à preservação do material depositado, definindo formatos de documentos a serem preservados,

tempo de garantia de guarda do material depositado, previsão de migração para outros suportes se for necessário etc.;

- e) **Política de comunidades e coleções:** estabelece critérios para acesso aos documentos e metadados e depósito de itens de acordo com a comunidade a que pertence o usuário;
- f) **Política de gerenciamento:** estipula atribuições dos administradores, depositantes, editores, e ainda, previsão de atualização/revisão dos itens do RI, forma de garantir a privacidade dos usuários cadastrados etc.;
- g) **Política de *marketing*:** com o intuito de minimizar dúvidas e alavancar a divulgação do RI e de seus pesquisadores, esta política prevê a criação de estratégias de planos de marketing além de propor a criação de formas de motivar a participação dos pesquisadores da instituição;
- h) **Política Institucional de Informação:** deve conter os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais; um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação, uso e preservação da informação.

A política mandatória propõe a implementação da obrigatoriedade do arquivamento da produção científica da instituição com o intuito de divulgar e preservar o conhecimento científico aumentando assim, as taxas de depósito, visto que, em instituições cuja participação dos autores depende exclusivamente do incentivo de políticas voluntárias, as taxas de depósito permanecem baixas.

A política de funcionamento deve ser alinhada com as políticas existentes na biblioteca; nela deve conter os objetivos dos repositórios, tais como: a definição dos serviços, a equipe responsável pela implantação e manutenção, prazo para o depósito, o tipo de material a ser depositado, quem poderá realizar o depósito. Tais objetivos têm por finalidade garantir a operacionalidade do repositório.

O Quadro 1 reúne as terminologias referentes as políticas para RIs identificadas na literatura.

Quadro 1 – Políticas para Repositórios Institucionais

TEXTOS CONSULTADOS	CATEGORIAS DE POLÍTICAS IDENTIFICADAS
VIANA e MÁRDERO ARELLANO (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - política de submissão / depósito: direito autoral - política de submissão / depósito: autoarquivamento - política de submissão / depósito: comunidades e coleções - política de acesso à informação: metadados - política de acesso à informação: comunidades e coleções - política de Marketing: engajamento dos pesquisadores, autores e intercâmbio internacional - política de Marketing do RI e dos pesquisadores da instituição - política de gerenciamento: papéis dos administradores, depositantes, revisores e editores - política de preservação digital
TOMAÉL e SILVA (2007)	<ul style="list-style-type: none"> - política de submissão / depósito: autoarquivamento - política de submissão / depósito: comunidades e coleções - política de conteúdo - política de gerenciamento - política de gerenciamento: revisão - política de gerenciamento: finalidades do RI
LEITE (2009).	<ul style="list-style-type: none"> - política de submissão / depósito: direito autoral - política de submissão / depósito: comunidades e coleções - política de submissão / depósito: metadados - política de comunidades e coleções - política de acesso à informação: comunidades e coleções - política de conteúdo - política de preservação digital (continua) - política de gerenciamento: revisão - política de gerenciamento: privacidade - política de funcionamento
BARTON E WALTERS (2004)	<ul style="list-style-type: none"> - política de funcionamento

Fonte: Carvalho e Carvalho (2012) Adaptado de Viana e Márdero Arellano (2006), Tomaél e Silva (2007) e Leite (2009).

No Quadro 2 foram agrupados conteúdos similares ao quadro anterior em outro nível de síntese, tendo como objetivo estabelecer categorias e/ou elementos de uma política de funcionamento a partir de autores especialista sobre o tema da pesquisa proposta.

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(continua)

SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
FUNCIONAMENTO			equipe gestora do repositório	e coleções no repositório: coleções pessoais (com base em membros ou autores e suas próprias comunidades), coleções temáticas, ou seguindo a estrutura da universidade (departamentos, faculdades, institutos, centros de pesquisa etc.);elaborar planos de contingência, caso um departamento ou centro de pesquisa, a partir do qual uma coleção foi construída, deixe de existir; explicitar direitos e responsabilidades gerais da(s) biblioteca(s) e daqueles que criam coleções de conteúdos digitais; criar diretrizes para a submissão e organização de conteúdos, como, por exemplo, regras adotadas para a entrada de

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(continua)

SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
FUNCIONAMENTO				<p>metadados; elaborar política de privacidade para usuários registrados no sistema; identificar quem são os proprietários dos direitos autorais de teses e dissertações na sua instituição. Há alguma norma que obrigue autores a disponibilizar cópia eletrônica?; conhecer e fazer uso, quando necessário, de restrição de acesso (embargo). Questões relacionadas com patentes podem requerer que algumas teses ou dissertações estejam sob acesso restrito por alguma período de tempo; identificar política de licenciamento de conteúdos produzidos por membros da instituição. É necessário que o setor jurídico de sua instituição seja consultado</p>

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(continua)

SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
FUNCIONAMENTO				sobre questões de licenciamento de conteúdos; criar política de preservação digital. Quais os formatos de arquivos serão suportados para a preservação pelo sistema? Em qual nível? De modo a subsidiar os procedimentos e a elaboração da política de preservação digital, recomenda-se a leitura de Márdero Arellano (2008); política de descarte ou retirada de itens. Itens serão permanentemente apagados ou escondidos?; conhecer aspectos legais e de direitos autorais.
CONTEÚDO: Determinação dos tipos documentais e suportes materiais.		Tipos de materiais e objetos digitais que poderão ser incluídos.	tipos de materiais que serão aceitos.	

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(continua)

SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
<p>SUBMISSÃO/DEPÓSITO: Orientações quanto aos seguintes aspectos: direito autoral; autoarquivamento; comunidades e coleções; metadados.</p>	<p>Aspecto do direito autoral: propriedade intelectual do autor; o que pode ser depositado e consultado na íntegra. Aspecto do autoarquivamento: quem está apto a fazê-lo; prática de verificação de restrições de <i>copyright</i>. Aspecto de comunidades e coleções: adequação das políticas de submissão aos tipos de documento produzido; níveis de permissões de cada integrante para depósito de matérias.</p>	<p>Aspecto do autoarquivamento: quem irá depositar e se responsabilizar pelo depósito; isso requer autorização prévia ou não. Aspecto de comunidades e coleções: autores que poderão ter seus trabalhos incluídos no RI; quem está habilitado a realizar depósitos; critérios para a determinação do que constitui uma coleção; - funções dentro do mesmo.</p>	<p>Aspecto do direito autoral- identificação dos proprietários dos direitos autorais de teses e dissertações; normas que obriguem autores a disponibilizar cópias eletrônicas; aspectos legais e de direitos autorais; consulta ao setor jurídico da instituição. Aspecto de comunidades e coleções: o que constitui uma coleção; quem autoriza inclusão de novos membros no RI. Aspecto dos metadados: referente à entrada de metadados no momento da submissão e organização dos conteúdos.</p>	

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(continua)

SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
ACESSO À INFORMAÇÃO: Orientações quanto aos seguintes aspectos: metadados; novos serviços de disseminação seletiva da informação (DSI); utilização de novas tecnologias que viabilizem a interoperabilidade; comunidades e coleções (restrições de acesso).	Aspecto de metadados: novos serviços de disseminação de informações; padrões e tecnologias para a interoperabilidade Aspecto de comunidades e coleções: níveis e perfis		Aspecto de comunidades e coleções: utilização de restrições de acesso (embargo)	
PRESERVAÇÃO DIGITAL: Orientações quanto aos seguintes aspectos: documentos a serem preservados; requisitos tecnológicos mais adequados a esse propósito; conscientização da instituição quanto à importância.	Tipos de documentos que devem ser preservados; requisitos tecnológicos mais apropriados para a preservação; conscientização, da instituição, quanto à importância.		Formatos de arquivos que serão suportados pelo RI	
COMUNIDADES E COLEÇÕES: Definição de critérios de criação de comunidades, com permissões e restrições de acesso e depósito.			Critérios para o estabelecimento de comunidades e coleções no repositório.	
GERENCIAMENTO: Orientações quanto aos seguintes aspectos: papéis (administrador, editor, revisor); responsável legal pelo RI; revisão/atualização dos documentos; definição do propósito/finalidade do RI.	Aspecto dos papéis dos administrador, depositantes, revisores e editores: atribuições e responsabilidades de cada membro.	Quem é o responsável legal pelo RI. Aspecto de revisão: atualização dos documentos. Aspecto de finalidade: poderá ser utilizado para propósitos comerciais, por	Aspecto de revisão: descarte ou retirada de itens. Aspecto de privacidade: privacidade dos usuários registrados no sistema.	

Quadro 2 – Síntese das Políticas

(conclusão)				
SÍNTESE DAS POLÍTICAS	VIANA E MÁRDERO ARELLANO (2006)	TOMAÉL E SILVA (2007)	LEITE (2009)	BARTON E WALTERS (2004)
GERENCIAMENTO		exemplo.		
MARKETING: Orientações para o desenvolvimento: de um plano de <i>Marketing</i> para promoção do RI e dos pesquisadores; de estratégias para diminuir dúvidas e dificuldades em relação ao RI; de estratégias para motivar o engajamento dos pesquisadores e intercâmbio internacional de documentos.	Aspecto relacionado ao <i>Marketing</i> do RI e dos Pesquisadores: plano de marketing e/ou estratégias de comunicação e promoção para o RI; estratégias para diminuir dúvidas e contornar dificuldades. Aspecto de engajamento de pesquisadores e intercâmbio internacional: viabilidade de se conferir algum tipo de vantagem pecuniária aos autores mais produtivos.			

Fonte: Carvalho e Carvalho (2012) a partir de Viana e Márdero Arellano (2006), Tomaél e Silva (2007), Leite (2009) e autora (2019).

Em uma análise prévia, pode-se perceber que a política de funcionamento, elaborada por Barton e Walters (2004) encontra-se fragmentada entre essas diferentes políticas. Entretanto, a maioria dos repositórios institucionais de universidades federais brasileiras não adota a terminologia política de funcionamento, preferindo utilizar política de informação, por exemplo, para difundir suas funcionalidades. No entanto, vale ressaltar a importância dos repositórios terem uma política de funcionamento bem definida e estruturada, garantindo o uso com qualidade e evitando interpretações equivocadas.

A seguir será apresentado o protagonismo do bibliotecário no repositório

institucional como mediadores e responsáveis pela sua implantação.

2.2 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Os avanços das TICs vêm influenciando o comportamento dos usuários na forma de acesso à informação. Desse modo os bibliotecários têm a responsabilidade de aproveitar a evolução da tecnologia potencializando para benefícios a esses usuários, sobretudo através da prestação de novos serviços. Segundo Dias e outros (2004) os bibliotecários são agentes na divulgação e disseminação de informações e, por isso necessitam aprimorar seus conhecimentos na gestão, disponibilização e uso da informação por meio das novas tecnologias, sendo assim os mediadores entre informação e os usuários.

Nesse sentido, Leite (2009, p.99) afirma que “bibliotecários tornam-se imprescindíveis mediadores entre informação científica e seus leitores, atendendo as expectativas de quem a produz e de quem a utiliza”. Leite ratifica também que em muitos países a criação dos RIs surge através de iniciativas dos bibliotecários de universidades, pois os processos inerentes de um RI se assemelham as atividades desenvolvidas por bibliotecários e bibliotecas em meio digital. Leite aponta ainda alguns benefícios que o bibliotecário detêm para implementar e manter um RI, tais como:

- a) Os bibliotecários trabalham com organização da informação, mais do que qualquer outro profissional;
- b) As bibliotecas detêm a “legitimidade” para obter e armazenar material institucional;
- c) Os bibliotecários tem *expertise* para a elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções;
- d) Os bibliotecários precisam reconhecer que as tecnologias proporcionam novos modos de atuação profissional;
- e) A biblioteca é a instância organizacional mais ligada às questões de comunicação científica e da gestão da informação científica propriamente dita;
- f) As bibliotecas conhecem suas comunidades e sabem identificar e lidar com necessidades de informação;

- g) As bibliotecas podem centralizar o armazenamento e a preservação da informação digital.

Marcondes e Sayão (2009) reforçam essa ideia na relação entre tecnologia e bibliotecas:

Os padrões de tecnologia da informação utilizados ou derivados da Open Archives Initiative tem impacto potencial muito grande sobre os sistemas de informação em C&T, afetando substancialmente a maneira como bibliotecas e centros de documentação desempenham suas funções tradicionais como seleção, aquisição registro / tratamento técnico, indexação, classificação e disseminação.

Portanto, é necessário que o bibliotecário esteja cada vez mais alinhado e “antelado” frente às novas tecnologias, utilizando-as como grandes aliadas; é importante que este profissional participe ativamente do movimento de acesso aberto à informação principalmente no que tange a estimulação na criação e implementação de repositórios institucionais.

Rodrigues (1998) aponta uma lista de saberes e competências tecnológicas, que de acordo com o autor serão exigidas aos bibliotecários na era digital apesar de considerá-la com pouca robustez além de ser um tanto imatura.

- a) Conhecimento aprofundado da Internet, dos seus serviços e potencialidades;
- b) Conhecimento e capacidade de trabalho com as diversas “normas” emergentes – SGML, HTML, Z39.50, etc.;
- c) Excelência na utilização das diversas ferramentas de pesquisa de informação na Internet;
- d) Conhecimento dos métodos, técnicas e normas de digitalização e/ou criação de documentos multimídia e da sua disponibilização para o público (interfaces, design, etc.);
- e) Capacidade para avaliar e organizar recursos eletrônicos;
- f) Conhecimentos básicos sobre o funcionamento e gestão de redes e sistemas operativos;
- g) Capacidade para criar e gerir conteúdos na *World Wide Web* (HTML, etc.);
- h) Capacidade para usar e avaliar software e hardware diversos;

- i) Conhecimentos e capacidade para criar e assegurar o funcionamento de serviços de ajuda e referência online e materiais de formação para utilização remota.

Entretanto, a criação de um RI não é realizada apenas por bibliotecários, faz-se necessária a ação conjunta de bibliotecários e analistas de sistemas, entre outros profissionais formando uma equipe multidisciplinar. Cada um exercendo seu papel: os analistas dominando os requisitos tecnológicos necessários para a instalação, configuração e customização, suporte de ferramenta, dentre outros serviços, enquanto os bibliotecários dominam processos de gestão da informação métodos de identificação e a avaliação de necessidades de informação da comunidade, assim como técnicas e instrumentos de organização da informação em ambiente eletrônico e familiaridade com recursos tecnológicos.

Contudo a criação e implementação dos repositórios institucionais corresponde a uma inovação organizacional acarretando transformações nas instituições de ensino. É imprescindível uma mudança de mentalidades e é nesse momento que o bibliotecário ganha papel de destaque, apresentando as vantagens deste tipo de iniciativas à comunidade acadêmica das universidades que tem como pilar a pesquisa, o ensino e extensão. É fundamental que os bibliotecários destaquem que o povoamento dos RIs permitem a disseminação dos resultados das pesquisas desenvolvidas nas instituições, permitindo aos usuários recuperar através dos RIs as informações de que necessitam.

Nesse sentido, o papel político dos bibliotecários será extremamente necessários para implementar um repositório: mobilizar e motivar a comunidade para aderir ao movimento do acesso aberto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva apoiada na pesquisa bibliográfica e documental.

Visando ir ao encontro do objetivo geral – propor um modelo para auxiliar e recomendar critérios, diretrizes para a elaboração de políticas de funcionamento foram adotadas as seguintes etapas para a concepção desta pesquisa: a primeira foi o mapeamento dos RIs das universidades federais brasileiras; a segunda foi a pesquisa bibliográfica e documental sobre as experiências bibliotecárias nos eventos SNBU e CBBBD e a terceira foi a categorização teórica dos elementos das políticas por meio da pesquisa bibliográfica – levantamento da literatura especializada na temática do estudo.

A primeira etapa foi chamada de “Categorização teórica dos elementos das políticas” e consistiu na formação de um terceiro *corpus* baseado nos textos de Leite (2009) e Barton e Walters (2004). Após a leitura dos artigos foi possível categorizar as políticas. A análise por categoria é uma das mais usadas entre as várias técnicas de análise de conteúdo. Bardin (2011) enfatiza que a análise categorial lida com operações de decodificação do texto, em unidades (categorias) estabelecidas conforme agrupamentos analógicos. Entre as possibilidades de categorização, a mais utilizada no que concerne à aplicação de conteúdos diretos (significações manifestas) é a análise temática. Ainda segundo Bardin (2010), a análise temática é uma das formas que melhor se adequou a investigações qualitativas.

As leituras dos textos destes 3 autores tiveram por objetivo identificar a diversidade de políticas aplicadas aos repositórios institucionais, verificando especialmente, a definição de políticas de funcionamento.

A segunda etapa foi baseada na pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de identificar os relatos das bibliotecárias e dos bibliotecários sobre as experiências relativas a RIs encontrados nos anais dos SNBUs e dos CBBBDs dos últimos 16 anos (2002 a 2018), especialmente sobre políticas de funcionamento ou equivalentes. Nos quadros 5 e 6 apresentam-se quantos trabalhos foram apresentados nos seminários e nos congressos.

Quadro 3 – SNBUs – trabalhos apresentados sobre repositórios institucionais ou políticas de RIs

SNBUs	
Ano	Número de trabalho
2002 – Recife	Site não encontrado / indisponível
2004 – Natal	Anais localizados, porém nenhum artigo pertinente ao tema
2006 – Salvador	Site não encontrado / indisponível
2008 – São Paulo	Site não encontrado / indisponível
2010 – Rio de Janeiro	6 artigos
2012 – Gramado	8 artigos
2014 – Belo Horizonte	12 artigos
2016 – Manaus	5 artigos
2018 – Salvador	15 artigos
Total	46 artigos

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quadro 4 – CBBDs – trabalhos apresentados sobre repositórios institucionais ou políticas de RIs

CBBDs	
Ano	Número de trabalhos
2002 – Fortaleza	Site não encontrado / indisponível
2005 – Curitiba	Site não encontrado / indisponível
2007 – Brasília	Site não encontrado / indisponível
2009 – Bonito	2 artigos
2011 – Maceió	Site não encontrado / indisponível
2013 – Florianópolis	3 artigos
2015 – São Paulo	Site não encontrado / indisponível
2017 – Fortaleza	9 artigos
Total	14 artigos

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na terceira etapa realizou-se um mapeamento dos RIs existentes nas universidades federais brasileiras com o objetivo de identificar o universo de repositórios. Em seguida foram realizadas pesquisas no site do IBICT (Instituto

Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia) para verificar a proveniência dos RIs tendo como resultado 36 repositórios oriundos de universidades federais. Também foram realizadas buscas exaustivas foram realizadas nos sites das universidades federais e de suas respectivas bibliotecas com intuito de descobrir quais possuíam repositórios ativos, chegando um total de 46 universidades. Dentre esses, 36 repositórios institucionais foram elencados pelo IBICT enquanto os demais 11 repositórios institucionais provavelmente que não constam no portal do IBICT devem ter adotado estratégias independentes para implantação e funcionamento, não realizando cadastros em listas nacionais e/ou diretórios institucionais.

Para viabilizar a pesquisa em tempo hábil optou-se pela amostra selecionada a partir dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras registrados nos diretórios OpenDOAR e ROAR (diretórios referências no que se refere a repositórios institucionais). Essa delimitação também foi baseada na qualificação do RI, que cadastrado em diretórios de referência estariam tanto cumprindo requisitos do Movimento do Acesso Aberto quando difundindo suas políticas, instrumento fundamental para consolidação dos repositórios conforme recomendam autores como Kuramoto (2012), Harnad (2012), Leite (2009), dentre outros. Por essa razão, apenas 17 repositórios fazem parte desse estudo representando 37% do total de universidades federais e 73% das universidades federais que possuem repositórios conforme os dados levantados neste estudo. É importante ressaltar que nessa amostra de 17 repositórios, todas as regiões do Brasil estão representadas com pelo menos um RI de universidade federal. A Figura 1 e Quadro 5 ilustram o perfil da amostra.

Figura 1 – Repositórios Institucionais selecionados



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Legenda

Região Norte

UFPA – Universidade Federal do Pará
UFT – Universidade Federal de Tocantins

Região Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Região Centro-Oeste

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNB – Universidade de Brasília

Região Sudeste

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFF – Universidade Federal Fluminense

Região Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FURG - Universidade Federal do Rio Grande

Quadro 5 – Universidades e suas políticas

	Universidades	Políticas (denominações)
	Região Norte	
1.	UFPA – Universidade Federal do Pará	Política de metadados
2.	UFT – Universidade Federal de Tocantins	Política de informação
	Região Nordeste	
3.	UFBA – Universidade Federal da Bahia	Política de informação
4.	UFS – Universidade Federal de Sergipe	Política de acesso da informação
5.	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Política de institucional de informação
6.	UFC – Universidade Federal do Ceará	Política de informação
7.	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	Política de informação
	Região Centro-Oeste	
8.	UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Política institucional de informação
9.	UNB – Universidade de Brasília	Política de informação
	Região Sudeste	
10.	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Política de informação
11.	UFLA – Universidade Federal de Lavras	Política de informação
12.	UFF – Universidade Federal Fluminense	Política de depósito
13.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Política de informação
14.	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Política de funcionamento
	Região Sul	
15.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Política Institucional de informação
16.	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	Política Institucional de informação
17.	UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	Política de informação

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para dar consistência a natureza desta pesquisa, o Quadro 4 foi construído com os tipos das políticas e suas ocorrências.

Quadro 6 – Tipos de políticas e ocorrências

Tipo de Política	Ocorrência
Metadados	1
Informação, Institucional de Informação ou Acesso da Informação	13
Depósito	1
Funcionamento	1

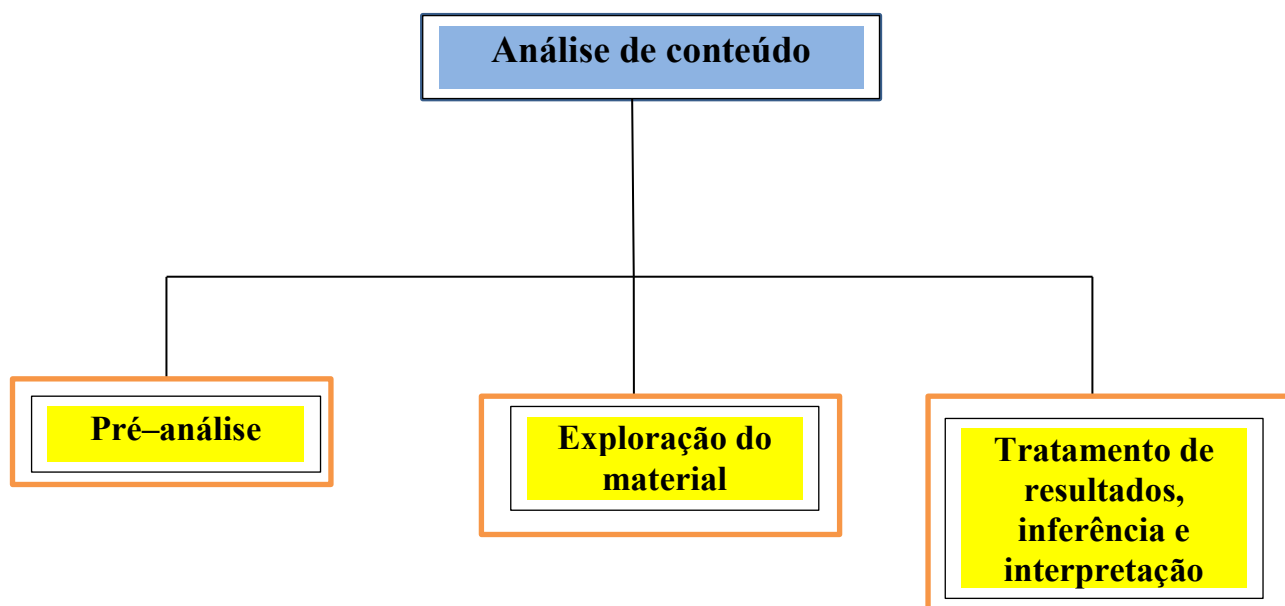
Fonte: Dados da pesquisa. (2019)

Pode-se afirmar que a pesquisa será composta por 3 (três) *corpora*: que serão apresentados através de 3 (três) quadros. A análise de conteúdos para a confecção dos quadros será realizada segundo Bardin (2011). A autora descreve a análise do conteúdo como um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. De acordo com Bardin (2011), uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Vale salientar que a análise de conteúdo envolve um conjunto de estratégias visando à busca dos significados contidos nos textos coletados através das leituras. Para Bardin (2011), o termo análise de conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, conforme o esquema apresentado na Figura 2: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.

Figura 2 - Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação.



Fonte: A autora (2019) adaptada de Bardin (2011).

Bardin (2011) apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação). Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. No processo de escolha de categorias adotam-se os critérios semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo) e expressivo (variações na linguagem e na escrita). Este processo permite a junção de um número significativo de informações organizadas em duas etapas: inventário (onde isolam-se os elementos comuns) e classificação (onde dividem-se os elementos e impõem-se organização). (Bardin, 2011).

O primeiro quadro será composto por elementos dos modelos teóricos dos artigos de Leite, Barton e Waters apontando o que deve conter numa política isto é, seus principais elementos. Um segundo quadro será elaborado com os dados dos anais – se houver artigos sobre política de funcionamento e que abordam elementos em comum com os três conjuntos. O terceiro apresentará o conjunto de dados das 17 políticas identificadas e com base na literatura quais seriam os elementos próprios da política de funcionamento presentes nessas políticas. Ao final será montado um quadro comparativo com o resultado das 3 (três) análises que auxiliarão a construção da política de funcionamento.

4 COLETA E TABULAÇÃO DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção trataremos do campo empírico da pesquisa. Foram analisados os 3 *corpora* contendo a literatura selecionada – modelos teóricos de Leite (2009), Barton e Walters (2004), os 60 artigos dos SNBUs e CBBDs e as 17 políticas dos repositórios. As citações dos artigos também foram observadas com o objetivo de verificar as correspondências com os autores Leite e Barton e Walters e/ou verificar a existência de outros que pudessem enriquecer as categorias teóricas elaboradas na primeira etapa.

Para analisar os 3 *corpora*, optou-se pelo método de “análise de conteúdo” segundo Bardin (2011). Após a leitura dos textos, os elementos referentes às políticas de funcionamento foram coletados e categorizados com base em Bardin (2011) envolvendo a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação e os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação).

4.1 MODELOS TEÓRICOS DE LEITE (2009) E BARTON E WALTERS (2004)

O Quadro 7 foi elaborado da extração de elementos dos textos dos três autores: Leite (2009), Barton e Walters (2004). Estes elementos contribuirão para a elaboração das diretrizes e construção do modelo de política de funcionamento mais adiante.

Quadro 7 – Elementos de políticas de funcionamento extraídos dos estudos de Leite (2009), Barton e Walters (2004)

(continua)

Elementos – Leite (2009)	Elementos – Barton e Walters (2004)
<ul style="list-style-type: none"> -Integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição; -Apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do RI; -Satisfazer as necessidades da comunidade -Atrair usuários; -Estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; -Povoar o repositório; -Torná-lo juridicamente viável; -Manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; -Manter relações internas com administradores 	<ul style="list-style-type: none"> -Determinar quais tipos de materiais serão aceitos no repositório; -Identificar os autores cujos trabalhos podem ser incluídos no repositório (pesquisadores, professores, alunos de doutorado, alunos de mestrado, funcionários); -Identificar quais são os tipos de conteúdos que serão depositados no repositório que necessitam de autorizações especiais (teses, dissertações, materiais de aprendizagem);

Quadro 7 – Elementos de políticas de funcionamento extraídos dos estudos de Leite (2009), Barton e Walters (2004)

(conclusão)

Elementos – Leite (2009)	Elementos – Barton e Walters (2004)
<p>acadêmicos pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Preservação digital de longo prazo; -Gerenciar risco; -Facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório. 	<ul style="list-style-type: none"> -Estabelecer critérios para a determinação do que constitui uma coleção no repositório institucional; -Quem determina, quem faz ajustes e quem autoriza inclusão de novos membros; -Definir critérios para o estabelecimento de comunidades e coleções no repositório: coleções pessoais (com base em membros ou autores e suas próprias comunidades), coleções temáticas, ou seguindo a estrutura da universidade (departamentos, faculdades, institutos, centros de pesquisa etc.); -Elaborar planos de contingência, caso um departamento ou centro de pesquisa, a partir do qual uma coleção foi construída, deixe de existir; -Explicitar direitos e responsabilidades gerais da(s) biblioteca(s) e daqueles que criam coleções de conteúdos digitais; -Criar diretrizes para a submissão e organização de conteúdos, como, por exemplo, regras adotadas para a entrada de metadados; -Elaborar política de privacidade para usuários registrados no sistema; -Identificar quem são os proprietários dos direitos autorais de teses e dissertações na sua instituição; -Conhecer e fazer uso, quando necessário, de restrição de acesso (embargo); -Questões relacionadas com patentes podem requerer que algumas teses ou dissertações estejam sob acesso restrito por algum período de tempo; -Identificar política de licenciamento de conteúdos produzidos por membros da instituição; -Criar política de preservação digital.

Fonte: A autora (2019)

Após a identificação e análise dos elementos coletados nos textos de Leite (2009), Barton e Walters (2004) observou-se que há elementos comuns, são eles:

Quadro 8 – Elementos comuns de políticas de funcionamento – Leite (2009),

Barton e Walters (2004)

(continua)

Categoria/Elemento	Leite (2009)	Barton e Walters (2004)
Integrar o RI na estratégia e no ambiente de informação da instituição	Integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da Instituição	Definir critérios para o estabelecimento de comunidades e coleções no repositório: coleções pessoais (com base em membros ou autores e suas próprias comunidades), coleções temáticas, ou seguindo a estrutura da universidade (departamentos, faculdades, institutos, centros de pesquisa etc.)
Apresentar os principais atores envolvidos no contexto do RI	Apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do RI	Quem determina, quem faz ajustes e quem autoriza inclusão de novos membros
Estabelecer reponsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres	Estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres	Explicitar direitos e responsabilidades gerais da(s) biblioteca(s) e daqueles que criam coleções de conteúdos digitais
Povoar o repositório: criar coleção /comunidade, tipos de materiais	Povoar o repositório	Determinar quais tipos de materiais serão aceitos no repositório; Identificar os autores cujos trabalhos podem ser incluídos no repositório (pesquisadores, professores, alunos de doutorado, alunos de mestrado, funcionários); Identificar quais são os tipos de conteúdos que serão depositados no repositório que necessitam de autorizações especiais (teses, dissertações, materiais de aprendizagem); Criar diretrizes para a submissão e organização de conteúdos, como, por exemplo, regras adotadas para a entrada de metadados;
Coordenar e assessorar aspectos jurídicos	Torná-lo juridicamente viável	Identificar quem são os proprietários dos direitos autorais de teses e dissertações na sua instituição; Elaborar política de privacidade para usuários registrados no sistema; Conhecer e fazer uso, quando necessário, de restrição de acesso (embargo); Questões relacionadas com patentes podem requerer que algumas teses ou dissertações estejam sob acesso restrito por algum período de tempo; Identificar política de licenciamento de conteúdos produzidos por membros da instituição

Quadro 8 – Elementos comuns de políticas de funcionamento – Leite (2009), Barton e Walters (2004)

(conclusão)

Categoria/Elemento	Leite (2009)	Barton e Walters (2004)
Elaborar política de Preservação Digital	Preservação digital de longo prazo	Criar política de preservação digital
Gerenciar riscos/ Elaborar plano de Contingência	Gerenciamento de risco	Elaborar planos de contingência, caso um departamento ou centro de pesquisa, partir do qual uma coleção foi construída, deixe de existir
Atrair e satisfazer as necessidades dos usuários	-Satisfazer as necessidades da comunidade -Atrair usuários	
Manter relações externas e internas com sociedades científicas e equipes de gestão da informação	Manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; -Manter relações internas com administradores acadêmicos pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;	

Fonte: A autora (2019).

Nota-se que quatro elementos de Leite (2009) não são comuns aos elementos de Barton e Walters (2004) são eles:

- a) Satisfazer as necessidades da comunidade;
- b) Atrair usuários;
- c) Manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- d) Manter relações internas com administradores acadêmicos pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição.

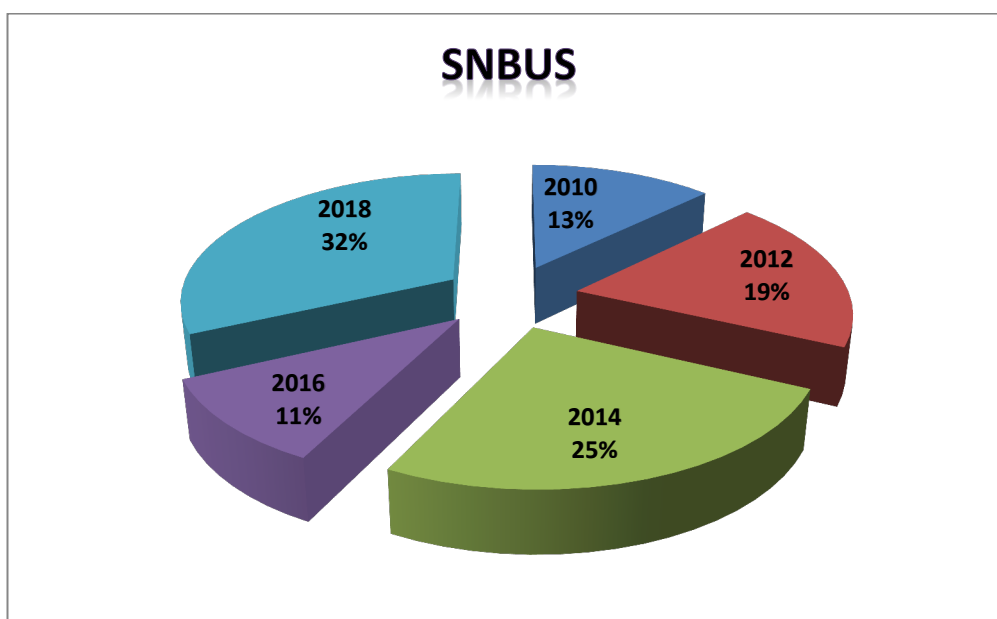
4.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS NOS EVENTOS PROFISSIONAIS: SNBU E CBBD

Com a finalidade de descobrir o que foi e/ou está sendo discutido, apresentado e publicado sobre as práticas bibliotecárias no que tange repositórios institucionais, foi realizado um levantamento nos anais do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) e nos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) dos últimos 16 anos (2002-2018). O recorte temporal está baseado no período em que começa o Movimento de Acesso

Aberto. O levantamento a priori foi realizado por meio de leituras dos títulos, resumos e palavras-chave, obtendo o resultado de 60 artigos (46 dos SNBUs e 14 dos CBBDs) formando um *corpus*.

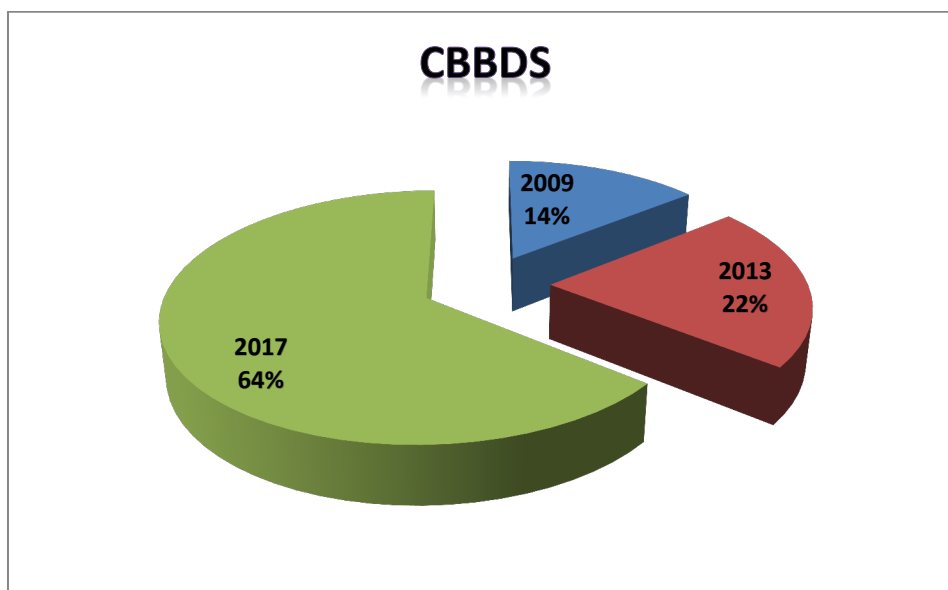
A partir do material coletado foi possível constatar que o assunto repositório institucional teve uma curva crescente e significativa com o passar dos anos, mesmo não sendo possível acessar todos os anais dos SNBUs e dos CBBDs. Abaixo, dois gráficos exemplificam o aumento de artigos nos SNBUs e dos CBBDs.

Gráfico 1 – SNBUs (2010 a 2018)



Fonte: A autora, 2019.

Gráfico 2 - CBBDS (2009 a 2017)



Fonte: A autora, 2019.

Considerando que o SNBU é um evento que ocorre de 2 (dois) em 2 (dois) anos, entre 2002 e 2018 foram realizadas nove edições. No entanto, os sites dos SNBUs dos anos 2002, 2006 e 2008 encontram-se “fora do ar”, e por isso não foi possível ter acesso aos Anais daqueles respectivos anos. Novas buscas foram realizadas nos sites dos SNBUs, como também envio de e-mails para as bibliotecas universitárias e para os CBBUs em busca das informações sobre os anos que ainda faltavam para o pleno desenvolvimento da pesquisa, porém, não obtivemos resultados satisfatórios. Os dados a seguir são provenientes dos anos de 2004, 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018, seis edições do evento.

Os Anais de 2004 disponíveis no site do SNBU contêm diversas experiências nos mais variados temas, tais como, preservação de acervo, literatura cinzenta, gestão de pessoas, serviços de referência virtual, gestão do conhecimento, acessibilidade, dentre outros. No entanto, não foi localizado nenhum artigo pertinente ao tema da pesquisa.

A partir de 2010 há registros de seis artigos abordando o assunto repositório institucional; em 2012, oito, em 2014, doze artigos, em 2016, cinco artigos. Já em 2018 foram apresentados quinze artigos sobre o tema, totalizando 46 artigos

referentes ao tema repositório institucional conforme ilustrado no quadro intitulado Trabalhos apresentados nos SNBUs, disponível no apêndice A.

O CBBB também é um evento bienal, mas ocorre nos anos ímpares. Entre 2003 e 2017 ocorreram oito edições. As dificuldades de obter acesso aos Anais foram maiores. Os sites dos anos 2003, 2005, 2007, 2011 constavam-se “fora do ar” ou indisponíveis no momento da busca. Os dados se concentraram somente nos anos de 2009, 2013 e 2017, isto é, apenas três edições do evento.

Nos anais de 2009 foram localizados dois artigos sobre a temática, em 2013, três artigos, enquanto que em 2017, houve um aumento significativo de nove artigos, totalizando 14 artigos conforme está descrito no quadro intitulado de Trabalhos apresentados nos CBBBs, disponível no apêndice B.

A formação deste *corpus foi* baseada na seleção dos resumos dos 60 (sessenta) artigos levantados nas pesquisas, concentrando naqueles que abordam o assunto repositório institucional com o objetivo de selecionar os textos que realmente tratam da elaboração de políticas de funcionamento dos repositórios.

Os textos selecionados foram lidos na íntegra e as informações foram coletadas para que pudessem estruturar as práticas relacionadas às políticas de funcionamento por meio da classificação e categorização de cada artigo.

O produto final desta análise foi um quadro comparativo dos autores e suas estratégias para a implementação de RIs e das políticas utilizadas.

4.2.1 Citações dos trabalhos referenciando a literatura especializada

As citações que seguem abaixo foram extraídas dos 60 artigos com o objetivo de categorizar as políticas dos RIs apresentadas nos SNBUs e CBBBs. Vale salientar que *a priori* a análise se baseava somente nas citações sobre políticas de funcionamento. Foram levantados 10 tipos de políticas: política de guarda e de preservação, política mandatória, política institucional de informação, política de tratamento de direitos autorais, política de tratamento de objetos digitais, política de tratamento de metadados, política de gestão institucional, política de funcionamento, política de conteúdo ou depósito.

a) Política de guarda e de preservação

No SNBU de 2010, Souza (2010) citou Neves e Suanno (2008) que consideraram os RIs importantes para otimizar o espaço físico ampliando o acesso e, principalmente, preservar digitalmente os documentos conforme segue:

Os repositórios institucionais tem sido fruto da necessidade de instituições, de preservar digitalmente documentos, que antes se encontravam apenas em meio impresso e permitir que os mesmos estejam acessíveis a qualquer pessoa, independente do local que estiver, contribuindo também para a otimização do espaço físico da biblioteca, devido ocupar muito espaço (NEVES; SUANNO, 2008).

Assim como Sarvo e Amaral no SNBU de 2014, que citaram Nova, Galindo e Ribeiro (2011) descrevem a importância de ações e diretrizes para garantir a preservação por meio de política própria:

Apontam como o papel do repositório preservar a memória da instituição, garantindo a preservação, em longo prazo, do conteúdo nele armazenado. Para os autores, cabe a política de preservação determinar quais as diretrizes em relação aos aparatos tecnológicos envolvendo hardware e software sob a perspectiva da memória, visando garantir o acesso em longo prazo a confiabilidade dos dados e a autenticidade de conteúdo.

b) Política de mandatária

No SNBU de 2012, Reis citou Harnad (2008) que faz a defesa das políticas mandatárias como recurso para garantir sucesso dos RIs: “Ainda estabelece que os repositórios com mais sucesso no que diz respeito ao auto-arquivamento de informações têm sido aqueles cujas instituições estabeleceram políticas de depósito mandatário”.

No SNBU de 2014, Medeiros e Ferreira citou Xia *et al.* (2012) para justificar a política mandatária como motivação para o auto-arquivamento: “Devido à falta de motivação suficiente para o auto-arquivamento em RIs, criou-se a necessidade de uma política de mandato, ou seja, de depósito obrigatório. Este requisito vem sendo aplicado no mundo todo, sendo viabilizado com fator de sucesso dos RIs”.

No SNBU 2016, Borges e outros citaram Marcondes e Sayão (2009, p.18) destacando a necessidade de estabelecer incentivos à comunidade para garantir o auto-arquivamento por meio de políticas voluntárias ou mandatárias:

As políticas irão variar [...] desde a simples sugestão de que os pesquisadores depositem cópias de livre acesso de seus trabalhos aceitos em periódicos ou congressos, passando por diferentes tipos de incentivos para que seja feito o auto-arquivamento até a obrigatoriedade institucional de o fazerem. Portanto, a importância da política está fundamentada na influência que pode ocorrer no processo do auto-arquivamento.

No SNBU 2018, Redigolo e Gomes citaram Sayão e outros (2009, p. 208) valorizando o caso de sucesso de políticas mandatórias das Teses e Dissertações nas instituições de ensino superior brasileiras: “Nas instituições de ensino superior onde foram estabelecidos mandatos ou políticas, tornando obrigatório o registro e depósito das teses e dissertações, as suas respectivas bibliotecas evoluíram e vêm crescendo, onde não existem elas parecem estagnadas e sem evolução”.

c) Política institucional de informação

No CBBB de 2018, Simões, Tavares e Guedes citaram Herson e Relya (1991, p. 176 apud JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 9) destacando a importância de treinamento para elaborar uma política desta natureza bem como a sua definição.

Exige também treinamento de usuários para elaborar a política de informação, que [...] constitui então um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política pública [para biblioteca] compreende o acesso e uso da informação.

No mesmo CBBB de 2018, Maia e Knewitz citaram Dias et al. (2004) que destacaram a necessidade de treinamento dos usuários:

A política de informação para ambientes digitais como repositórios institucionais proporcionam recuperação, uso e preservação da informação. A informação terá valor na medida em que seja devidamente tratada e comunicada para um público capacitado informacionalmente, ou seja, um público que esteja preparado para usar a informação recebida para tomada de decisão e resolução de problema.

No SNBU de 2012, Medeiros et al. apontaram a política de informação como uma questão importante para o acesso aberto.

Grande empenho e conhecimento profundo das questões envolvidas com tema acesso aberto por parte dos stakeholders das iniciativas. Políticas de

acesso aberto, políticas de funcionamento de repositórios, políticas de depósito compulsório [...] são algumas das questões importantes que não se pode negligenciar.

No SNBU de 2014, Araujo e Lopes citaram Tomaél, Silva (2007) para explicar que “Esta política deve conter os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais”.

No mesmo SNBU de 2014, Santos e Silva citaram Silva (2008) para definir a política institucional de informação destacando também a sua importância na fase de planejamento:

Antes da instalação e funcionamento do repositório institucional faz-se necessário estabelecer as políticas do mesmo... A política do RI é um dos itens fundamentais “pois esta fundamenta as diretrizes que dizem respeito aos aspectos técnicos, que estabeleçam orientações para o tratamento, armazenamento e disseminação das informações científicas da instituição e das comunidades envolvidas da qual o repositório está destinado”.

Já no SNBU de 2016, Ribeiro, Vasconcelos e Bernardes citaram Herson e Relyea (1991 apud JARDIM, 2009, p. 9) para incluir aspectos relativos a gestão na definição de política de informação:

Política de informação pode ser definida como “um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação, uso e preservação da informação”.

No mesmo SNBU, Côrbo e Cardoso citaram Medeiros e Ferreira (2014) destacando as demais políticas que compõem a política de informação: conteúdo, submissão/depósito, acesso à informação e preservação digital.

A partir daí, foi elaborada a Política Institucional de Informação do RIUFLA onde consta a política de conteúdo, a política de submissão/depósito, a política de acesso à informação, a política de preservação digital. Nela são abordados os critérios de disponibilização e elaboração das linhas de trabalho para sensibilização e divulgação do projeto à comunidade científica.

Já no SNBU 2018, Borges e outros citaram Camargo e Vidotti (2009, p. 65) descrevem as funções e os elementos presentes em uma política em ambiente científico digital:

As políticas em um ambiente científico digital [...] orientam as coleções e garantem a visibilidade do ambiente, prevendo: forma de acesso, tipo de

documentos, restrições ao nível do conteúdo do documento, formas de depósito de documentos, tipologias de formatos, formato de documentos, digitalização de documentos, normalização de formatos, segurança e preservação da informação e normalização para documentos eletrônicos. Cada política varia de acordo com o tipo de ambiente e deve ser adequada ao contexto do objeto informacional. É importante ressaltar que os ambientes informacionais precisam adotar 628 políticas e diretrizes de auto-avaliação e auto-reajuste/realimentação, bem como ter transparência na divulgação de resultados e utilizar critérios de reconhecimento pessoal para impulsionar a motivação para o sucesso do ambiente informacional.

No SNBU de 2018, Gama e Carvalho citaram Braman (2004) que descreve as características de uma política de informação consolidada:

A Política de Informação de um Regime é considerada madura quando as suas características estão expressas de forma clara e transparente e aceita por todos os atores envolvidos. Dentre as características que a constituem são: transparência; redes como princípios organizacionais; responsabilidade compartilhada pelo setor privado e público pela elaboração de políticas e poder informacional como forma dominante de poder.

No SNBU de 2018, a Fundação Oswaldo Cruz (2018) destacou os princípios fundamentais da política do Repositório adotado por eles: garantir o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral.

O Repositório, organizado e mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), uma das unidades técnico científicas da Fiocruz, é o principal instrumento de realização do Acesso Aberto instituído pela Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz. A Política estabelece como um dos seus princípios garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz.

No SNBU de 2018, Redigolo e Gomes citaram Leite (2009) que também elenca os elementos de uma política de informação:

política de depósito compulsório; política de desenvolvimento de coleções; política de direitos autorais; política de preservação digital; política de informação; política de gestão de informação em ambiente digital; política de submissão; política de metadados; política de auto-arquivamento e política de conteúdo. Tais normativas devem ser redigidas de forma clara, detalhada e explicitadas para os usuários no próprio repositório, pois são estas diretrizes que nortearão a prestação de serviços à comunidade, assim como seu reconhecimento perante ela.

No SNBU de 2018, Galves citou Marcondes (2009, p.17) que considera os RIs como um instrumento de uma política institucional:

Dentro das políticas de livre acesso que vão se formulando por todo o mundo, os repositórios institucionais assumem um papel-chave. Longe de serem somente um aparato tecnológico, os repositórios institucionais se inserem como um instrumento dentro de uma política institucional, de determinada área de conhecimento ou comunidade acadêmica e, mesmo, nacional.

d) Política de tratamento de direitos autorais

No SNBU de 2014, Leite et al. citou Kuramoto (2009) que chama a atenção para a importância de garantir que políticas de auto-depósito sejam compatíveis com a legislação de direitos autorais e com os contratos restritivos:

Destaca a importância do estabelecimento de políticas que garantam o auto-depósito, por parte dos pesquisadores da instituição. Buscando auxiliar as instituições na formulação e na implementação dessa política, IBICT propôs um modelo de política com base na proposta de Harnad (2006), onde prevê a não obrigatoriedade do depósito de documentos que estão sob contrato de direitos autorais restritos que impeçam a sua livre divulgação ou que contenham informações passíveis de serem patenteadas respeitando assim a legislação de direitos autorais.

Medeiros et al. no SNBU 2014 ainda apontaram que

Nesta atividade é definida a política de tratamento dos direitos autorais dos objetos digitais disponibilizados no repositório. A atividade é de realização conjunta com a Consultoria Jurídica da universidade. Uma ideia inicial indica que somente serão disponibilizados objetos criados sob licença Creative commons ou aqueles que tenham autorização expressa de divulgação assinada pelo autor.

e) Política de tratamento de objetos digitais

No SNBU de 2014, Leite e outros destacaram as especificações para tratamento dos objetos digitais definindo formato para armazenamento e conversões: “Nesta atividade são definidos os formatos de objetos que poderão ser armazenados no repositório, e definidos as formas de conversão para objetos que não estejam nestes formatos”.

f) Política de tratamento de metadados

No SNBU de 2014, Borges e outros apontaram o padrão Dublin Core como padrão definido em vários repositórios como é o caso a seguir: “Esta atividade é definida a política de tratamento de metadados. Foi escolhida como padrão da biblioteca a definição Dublin Core, sendo também definidos os elementos obrigatórios para metadados dos objetos armazenados no repositório”.

g) Política de gestão institucional

No SNBU de 2014, Araujo e Lopes citaram Tomaél (2008) que enfatiza a importância de uma política de gestão que aborda aspectos desde a criação e manutenção de repositórios até definição de conteúdo, aspectos legais e sustentabilidade:

A elaboração de um repositório institucional passa por uma política de gestão institucional, tendo como princípio a responsabilidade pela elaboração do repositório incluindo sua criação e manutenção; a definição dos conteúdos do repositório, os aspectos legais que permeiam os documentos a serem incluídos e as respectivas licenças do sistema que irá operar o repositório; seus padrões e diretrizes de preservação dos documentos em meio eletrônico; a política de acesso, bem como seus níveis, e por último a “sustentabilidade e funcionamento do repositório”.

h) Política de funcionamento

No SNBU de 2014, Franco e Furnival citam Rosa (2011) que define a política de funcionamento como regras do repositório envolvendo conteúdos aceitos, atores, fluxos de trabalho, serviços e custos, se houver.

No momento do planejamento é necessário definir qual o tipo de conteúdo aceito, quem pode depositá-lo, como são os fluxos de trabalho, as responsabilidades de cada ator envolvido, os serviços oferecidos e se há custos de uso. [...] A política de funcionamento é concebida na forma de um documento, contendo todas as regras do repositório, o que deve refletir a política de informação da instituição. Sua publicação irá formalizar o repositório diante da comunidade acadêmica.

No SNBU de 2014, Sarvo e Amaral citam Leite (2009, p.113) elencando os doze elementos de uma política de funcionamento. que são os mesmos itens apresentados no quadro 8.

i) Política de conteúdo ou depósito

No SNBU de 2014, Sarvo e Amaral citam Vargas (2009) que define a política de conteúdo trazendo as abordagens rígidas (prioriza conteúdos avaliados por pares) e flexíveis (outros conteúdos de natureza científica além daqueles avaliados por pares) apresentada por Leite (2009): “A política de conteúdo determina quais são os tipos de documentos aceitos para depósito, refletindo a decisão sobre a abordagem a ser adotada (rígida ou flexível) Devido às questões de direitos autorais, é imprescindível o acompanhamento do setor jurídico da instituição para sua definição”.

No SNBU de 2014, Sarvo e Amaral destacam a política de depósito, como mais abrangente que a anterior, destacando: “A política de depósito define questões relacionadas à organização do conteúdo: o estabelecimento de comunidades e coleções, os esquemas de metadados adotados para cada material, os fluxos de submissão de conteúdo e a resolução dos conflitos de direitos autorais”.

Dentre os 60 artigos, 13 continham citações sobre as políticas para repositórios. Sendo 12 do SNBU e 1 do CBBB. A partir dessas citações foram estabelecidas nove categorias teóricas correspondentes as políticas como mostra o Quadro 9.

Quadro 9 - Políticas extraídas dos artigos apresentados nos SNBUs e CBBBs

(continua)

SNBU
<ul style="list-style-type: none"> • Política de guarda e de preservação– de preservar digitalmente documentos, que antes se encontravam apenas em meio impresso e permitir que os mesmos estejam acessíveis a qualquer pessoa, independente do local que estiver contribuindo também para a otimização do espaço físico da biblioteca, devido ocupar muito espaço; preservar a memória da instituição, garantindo a preservação do conteúdo nele armazenado, visando garantir o acesso em longo prazo, a confiabilidade dos dados e a autenticidade de conteúdo; (NEVES; SUANNO, 2008) e (NOVA; GALINDO; RIBEIRO, 2011) • Política de mandatária – depósito obrigatório; (XIAL ET AL., 2012) • Política institucional de informação - deve conter os objetivos, as diretrizes, as práticas e as intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais; um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter- relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação, uso e preservação da informação; • Política de tratamento de direitos autorais – atividade de realização conjunta com a Consultoria Jurídica da universidade. Indica que somente serão disponibilizados objetos criados sob licença Creative commons ou aqueles que tenham autorização expressa de divulgação assinada pelo autor; (MEDEIROS ET AT.,2014)/

Quadro 9 - Políticas extraídas dos artigos apresentados nos SNBUs e CBBBs

(conclusão)

SNBU
<ul style="list-style-type: none"> • Política de tratamento de objetos digitais - são definidos os formatos de objetos que poderão ser armazenados no repositório, e definidos as formas de conversão para objetos que não estejam nestes formatos; (LEITE ET AL., 2014) • Política de tratamento de metadados - definição dos elementos obrigatórios para metadados dos objetos armazenados no repositório; (BORGES ET AL., 2014) • Política de gestão institucional – tem como princípio a responsabilidade pela elaboração do repositório incluindo sua criação e manutenção; a definição dos conteúdos do repositório, os aspectos legais que permeiam os documentos a serem incluídos e as respectivas licenças do sistema que irá operar o repositório; seus padrões e diretrizes de preservação dos documentos em meio eletrônico; a política de acesso, bem como seus níveis, e por último a “sustentabilidade e funcionamento do repositório; (TOMAÉL, 2008) • Política de funcionamento - A política de funcionamento é concebida na forma de um documento, contendo todas as regras do repositório, o que deve refletir a política de informação da instituição. Sua publicação irá formalizar o repositório diante da comunidade acadêmica; (ROSA, 2011) • Política de conteúdo ou depósito - determina quais são os tipos de documentos aceitos para depósito, refletindo a decisão sobre a abordagem a ser adotada (rígida ou flexível). Devido às questões de direitos autorais, é imprescindível o acompanhamento do setor jurídico da instituição para sua definição; define questões relacionadas à organização do conteúdo: o estabelecimento de comunidades e coleções, os esquemas de metadados adotados para cada material, os fluxos de submissão de conteúdo e a resolução dos conflitos de direitos autorais; (LEITE, 2009)
CBBB
<ul style="list-style-type: none"> • Política de informação - um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação. (DIAS ET AL., 2004)

Fonte: A autora, 2019.

As citações acima proporcionam uma análise, na qual podemos identificar apenas um grupo composto por políticas de cunho operacional – funcionamento e manutenção.

4.2.2 Política de funcionamento

Nesta seção foram analisados os 60 artigos dos eventos dos SNBUs e CBBBs como um todo e não apenas as citações, como foram analisadas na seção anterior. Curiosamente dos 60 artigos selecionados, apenas dois mencionaram política de funcionamento, como mostra o Quadro 10. Um artigo citou os 12 elementos de Leite (2009) e outro mencionou a política de funcionamento; ambos oriundos do SNBU de 2014.

Quadro 10 – Artigos do SNBU 2014 que abordaram políticas de funcionamento

Título	Autores
“Repositórios digitais institucionais: um viés pela lei de acesso à informação”	Izabel Mota Franco, Ariadne Chloe Furnival
“Roteiro de implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior”	Denilson de Oliveira Sarvo; Roniberto Morato do Amaral

Fonte: A autora (2019)

Dessa forma, vale salientar que novos estudos sobre políticas de funcionamento são fundamentais para o desenvolvimentos dos RIs, visto que em eventos da área da Biblioteconomia tem um número pouco expressivo.

4.3 DADOS IDENTIFICADOS NAS 17 POLÍTICAS DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

As políticas eleitas foram exploradas e minuciosamente examinadas com o intuito de coletar informações referentes ao funcionamento dos repositórios. Por meio da observação, foi possível constatar que alguns elementos aparecem em mais de uma política. Desse modo, logo abaixo teremos as 13 categorias: Metadados, Objetivos dos RIs, Comitê gestor, Obrigatoriedade de depósito, “Desobrigatoriedade” de depósito, Tipos de materiais e documentos, Criação de comunidades e coleções, Responsabilidades, Direitos autorais, Submissão de objetos digitais, Livre acesso e uso, Padrão e Missão e seus respectivos trechos. O Quadro 11 foi elaborado com os elementos que mais aparecem e/ou são relevantes nas políticas das universidades. O resultado dessa pesquisa será essencial para a construção de uma nova política, objetivo deste trabalho.

a)Metadados - essa categoria aborda os padrões que devem ser utilizados nos RIs.

O repositório institucional da Universidade Federal do Pará (RI/UFPA) utiliza a política de metadados para definir padrões

Essa política de metadados possui o objetivo de garantir a consistência do

trabalho executado no Repositório Institucional da UFPA. Dessa forma, está alinhada com o Novo Padrão Brasileiro de Metadados da BDTD (MTD3-BR), no qual foi desenvolvido com base no esquema de metadados do *Dublin Core* com adaptações para a realidade brasileira. Dessa forma, tomou-se por base a recomendação do IBICT e adaptaram-se alguns aspectos para a realidade local.

RI (LUME /UFRGS)

Os metadados devem seguir padrões internacionalmente aceitos e serão definidos conjuntamente pela equipe técnica do Lume e pelos responsáveis pela Comunidade, conforme as particularidades dos objetos digitais; Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e de outros sistemas da Universidade. No caso de autoarquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume”.

b)Objetivos dos RIs– essa categoria aponta os objetivos de cada RI.

Exceto a Universidade Federal do Pará, todas as 16 políticas apresentam seus objetivos.

O RI da Universidade Federal da Bahia tem por objetivos:

a) preservar a produção científica; b) ampliar a visibilidade da produção científica da memória cultural, artística técnica e tecnológica; c) potencializar o intercâmbio com outras instituições; d) acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; e) ampliar o acesso à produção científica, cultural, artística e tecnológica; f) facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; g) aperfeiçoar a gestão de investimento em pesquisa.

RI /UFLA

A RIUFLA tem por finalidade: I. divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFLA, ressalvados os casos de obras protegidas por contrato de direito de propriedade intelectual ou que contenham invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, nos termos da legislação aplicável; II. preservar a produção intelectual da Universidade; III. garantir, facilitar e ampliar o acesso à produção intelectual, observada a legislação que rege e disciplina a matéria; IV. potencializar o intercâmbio da UFLA com outras instituições; V. subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa na Universidade”.

RI /UFC

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição, CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFC e outras instituições, acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica, CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição, CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com a elaboração de indicadores da produção científica e tecnológica institucional e de apoiar os processos de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento.

RI – (LUME/ UFRGS)

O Lume tem como objetivos principais: I - Promover o acesso livre às informações produzidas no âmbito da Universidade e voltadas, prioritariamente, às atividades de ensino, pesquisa e extensão; II - Maximizar a visibilidade, uso e impacto da produção intelectual desenvolvida na Universidade; III - Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da Universidade; -Preservar a memória Institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos; V - Promover o acesso a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de seus acervos, embora não produzidos por ela, maximizando o seu uso.

RI /UFRN

CONSIDERANDO a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição; CONSIDERANDO a necessidade de potencializar o intercâmbio entre a UFRN e outras Instituições acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica; CONSIDERANDO a necessidade de otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.012920/2010-62.

RI /UFPE

A Política de Informação do Repositório Digital da UFPE alinhar-se-á às estratégias da UFPE e terá por objetivo: I – Preservar a memória da produção científica e tecnológica da UFPE; II – Ampliar a visibilidade da produção científica e tecnológica da UFPE; III – Potencializar o intercâmbio entre instituições de ensino, pesquisa e extensão; IV – Acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas; V – Democratizar e garantir o acesso à sua produção científica; VI – Subsidiar a criação e uso de indicadores referentes à produção científica da UFPE; VII – Otimizar a gestão de investimentos em pesquisa na UFPE; VIII – Estabelecer políticas para garantir o registro e a disseminação da produção científica da UFPE”[...] “O Repositório Digital (RD) terá por objetivo: IX: Organizar, disponibilizar e preservar a memória do UFPE, segundo padrões internacionais para compartilhamento da informação em rede; X – Aumentar a visibilidade e o acesso à pesquisa técnica e científica da UFPE, em acesso aberto, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011); XI – Contribuir para a disseminação, em acesso livre, ao conhecimento produzido no âmbito da UFPE nos eixos ensino, pesquisa e extensão; XII – Modelar, implantar, manter e divulgar a produção científica e tecnológica, através de um espaço colaborativo de acesso aberto; XIII – Colaborar na gestão de indicadores, no sentido de subsidiar a participação da UFPE em ranking nacionais e internacionais.

RI / UFOP

A importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica da Universidade Federal de Ouro Preto; a necessidade de coletar, armazenar, divulgar, ampliar e preservar a

produção científica desta Instituição; a importância de potencializar o intercâmbio com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão; a necessidade de apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico, de apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento e de contribuir para o acesso aberto à informação científica.

RI / UFS

O RI-UFS terá os seguintes objetivos específicos: I.integrar a produção científica e acadêmica da UFS num portal de acesso aberto; II. ampliar a visibilidade científica e o impacto cultural e social da Instituição e dos seus corpos discente, docente e técnico; III. armazenar e preservar a memória intelectual da UFS em todas as áreas de conhecimento e ações que a constituem, e, IV. disponibilizar à população o acesso em meio digital às produções e criações da Universidade Federal de Sergipe.

RI / UFFS

O Repositório Digital da UFFS objetiva: I - potencializar o acesso aberto à produção acadêmica da UFFS; II - ampliar a visibilidade e a inserção da UFFS na comunidade regional, nacional e internacional; III - socializar a produção acadêmica, tornando-a fonte permanente de consulta e base para o desenvolvimento de novas pesquisas; IV - fomentar o intercâmbio entre pesquisadores e grupos de pesquisa do Brasil e do exterior; V - atender às exigências de publicidade e de inserção social da produção acadêmica estabelecidas pela CAPES aos programas de pós-graduação.

RI / UnB – objetivos:

Preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB); ampliar a visibilidade da produção científica da UnB; potencializar o intercâmbio da UnB com outras instituições de ensino, pesquisa e extensão; acelerar o desenvolvimento das pesquisas produzidas no âmbito da UnB; ampliar o acesso à produção científica da UnB; facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral; otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição; estabelecer políticas para garantir ações de registro e disseminação da produção científica da UnB1.

RI /UFF

Facilitar a gestão da informação disponível em meio digital, reunindo num único local a produção intelectual da universidade: preservar a memória institucional e a produção técnico-científica da Universidade, por meio do armazenamento de longo prazo de documentos digitais; ampliar a visibilidade e uso da produção intelectual desenvolvida na universidade; subsidiar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição; disponibilizar, através do RIUFF, recursos didáticos produzidos pela comunidade UFF e parcerias visando apoiar a formação e desenvolvimento de pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, alunos de graduação e pós-graduação, bem como a sociedade e ainda, a promoção da participação social e o exercício da cidadania.

RI /UFMG

OBJETIVO: Modelar, implantar, manter e divulgar, através de um espaço colaborativo mediante um repositório digital, os acervos da pesquisa científica e resultantes das atividades conexas de ensino,

pesquisa e extensão da UFMG, baseado em tecnologia de acesso livre, com vistas a ampliar a visibilidade da produção científica institucional, a circulação dos saberes e o acesso integrado aos documentos eletrônicos gerados no contexto acadêmico em interface com a sociedade.

RI/UFVJM – “O RI/UFVJM tem por objetivos a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da UFVJM”.

RI/FURG – “FURG tem por finalidade estimular, manter e garantir o acesso da produção intelectual da FURG”.

RI/UFT

A preservação e gestão da produção intelectual consolidada e divulgada em veículos de comunicação científica, de forma a garantir: I - a organização e preservação da produção intelectual endêmica, científica e tecnológica institucional em suporte digital; II - a maximização da visibilidade, do uso e impacto da produção científica e técnica nas comunidades universitária e externa; III - a retroalimentação da pesquisa, ensino, extensão e cultura; IV - a potencialização do intercâmbio da UFT com outras instituições; V - a otimização da gestão de investimentos para divulgação das produções científicas e técnicas.

RI /UFMS – “I - apoiar as atividades de pesquisa e criação do conhecimento científico; II- apoiar o processo de ensino-aprendizagem por meio do acesso facilitado ao conhecimento”.

c) Comitê gestor - Essa categoria aborda quem fará parte da gestão dos RIS

RI/ UFBA – O RI da Universidade Federal da Bahia estabelece o grupo gestor: “O grupo gestor da política do repositório institucional constituído através de portaria, fica encarregado do desenvolvimento, implantação e manutenção do **REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL** doravante, neste documento, denominado de “RI””.

RI/UFLA – “A Equipe Técnica incumbida de gerenciar o RIUFLA será designada pelo Diretor da Biblioteca Universitária, sendo composta por: I. bibliotecários; II. assistentes em administração; III. técnicos em informática”.

RI / UFC

A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geridas por uma Comissão formada por: I – 01 (um) representante da Pró-Reitoria

de Pesquisa e Pós-Graduação; II - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação; III – 01 (um) representante da Pró-reitoria de extensão; IV – 01 (um) representante do Sistema de bibliotecas; V – 01 (um) representante da coordenadoria de comunicação social e marketing institucional; VI – 01 (um) representante da secretaria de tecnologia da informação (STI); VII – 01 (um) representante do diretório central dos estudantes (DCE).

RI/UFRN

A implantação e a manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI, serão geradas por uma Comissão formada por: I – 01(um) representante da Pró-Reitoria de Pesquisa; II – 01 (um) representante do Sistema de Bibliotecas da Instituição; III – 01 (um) representante da Superintendência de Comunicação; IV – 01 (um) representante da Superintendência de Informática; V – 01 (um) representante do Departamento de Biblioteconomia.

RI/ UFPE

A estrutura para a Gestão do Repositório Digital é composta pelo (a): I – O Presidente de Comitê Gestor de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação (CGCITI); II – Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação (PROCIT); III – Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ); IV – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD); V – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC); VI – Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB); VII – Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

RI/UFS

A política de difusão do conhecimento da UFS e o RI-UFS serão desenvolvidos pelo Comitê Gestor. Este comitê será responsável pelo acompanhamento do RI-UFS, com o objetivo de sistematizar procedimentos, avaliar o funcionamento e resolver casos omissos. O Comitê Gestor do RI-UFS, instância consultiva e deliberativa, será composto por um representante titular e um representante suplente das seguintes unidades: I. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFS); II. Núcleo de Editoração e Audiovisual (NEAV); III. Assessoria de Comunicação (ASCOM); IV. Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); V. Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN); VI. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); VII. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP), e, VIII. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

RI/UFFS

O RI/UFFS terá um Comitê Gestor, responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação da presente política, assim como de todas as ações destinadas ao pleno e adequado funcionamento do RD. O Comitê Gestor do RD/UFFS será composto pelos seguintes membros: I - 1 (um) representante da PROGRAD, sendo o Chefe da Divisão de Bibliotecas, que exercerá a presidência do Comitê Gestor. II - 1 (um) representante da PROPEPG, sendo a Secretária-Geral da Pós- Graduação; III - 1 (um) representante da PROEC, sendo a Diretora de Extensão; IV - 1 (um) representante da SETI, sendo o Secretário Especial de Tecnologia e Informação; V - o Bibliotecário de cada *campus* e, na sua ausência ou

impossibilidade, 1 (um) servidor em exercício na Biblioteca do *campus*, indicado pela Coordenação Acadêmica.

RI/UFF

O Comitê Gestor do Repositório Institucional será a instância responsável pela definição de diretrizes técnicas, gestão e criação de novas comunidades e coleções de todos os cursos e unidades da UFF. Tendo em vista a gestão do Repositório Institucional, fica especificado aqui, os diferentes papéis dos atores no RIUFF: I - Administrador do Repositório: função exercida por um bibliotecário da Superintendência de Documentação em parceria com um analista de Tecnologia da Informação, da Superintendência de Tecnologia da Informação. Sua principal tarefa é manter o funcionamento do repositório, de acordo com as determinações da instituição mantenedora; II- Gestor de comunidade: função a ser exercida pelos diretores de Unidade. Fornece ou retira permissões de acesso às pessoas e documentos daquela comunidade ou subcomunidade. Pode ainda, atuar como depositante de itens no RIUFF; III- Gestor de Coleção: função exercida por coordenadores de curso. Gerencia a própria coleção e seus itens. Pode ainda, atuar como depositante de itens no RIUFF; IV - Validador: função exercida pela Biblioteca. Caberá a esta verificar as informações inseridas e disponibilizar o trabalho submetido no Repositório Institucional; V - Depositante/Submetedor: função exercida pelo autor do trabalho, pessoa designada por este ou escolhidas pelos gestores. O usuário deve ser habilitado para inserir os trabalhos no RIUFF"[...] “O Comitê Gestor do Repositório Institucional tem como responsabilidades: I -definir mecanismos de estímulo e promoção desta política; II - definir as linhas de ação, plano de trabalho e operação do Repositório Institucional e garantir o alinhamento operacional entre as instâncias acadêmicas/administrativas; III- dirimir eventuais conflitos de depósito, publicação e validação de conteúdo dos objetos digitais no Repositório Institucional; IV - monitorar e propor aperfeiçoamentos do RIUFF; V - avaliar os resultados alcançados com o repositório e sua efetividade, visando à retroalimentação e reuso dos dados; VI -prospectar parcerias e possibilidades, buscar soluções inovadoras para ampliar o alcance do RIUFF; VII -monitorar os depósitos para garantir que os arquivos das comunidades estejam em conformidade com os critérios estabelecidos; VIII -estabelecer e atuar em parceria com as instâncias acadêmicas e administrativas.

RI/UFMG

Papel da administração do Repositório na Universidade Federal de Minas Gerais: As principais funções da equipe administração do Repositório Digital da UFMG com relação ao seu funcionamento são as seguintes: ● Garantir o respeito aos direitos autorais impedindo a submissão de conteúdos que violem esse princípio; ● Estimular a criação de novas comunidades de compartilhamento de conteúdos; ● Avaliar se as comunidades de usuários recém-propostas satisfazem os critérios previstos acima e autorizar o funcionamento daquelas que o fazem; ● Avaliar, customizar, executar e manter o hardware e software do Repositório e buscar atualizações quando necessário; ● Assegurar a continuidade das comunidades, especialmente mediante a verificação da existência de um líder da comunidade;● Manter um monitoramento construtivo para garantir que os materiais de arquivo das comunidades estejam em conformidade com os critérios estabelecidos; ● Fornecer instruções e capacitações visando a ampliação da comunidade usuária; ● Orientar os usuários sobre a compatibilidade de suas contribuições em

relação aos formatos suportados pelo Dspace nas coleções das comunidades; ● Fornecer os recursos e as tecnologias necessárias para migrar e atualizar os arquivos armazenados; ● Garantir, a preservação dos arquivos suportados nas coleções do repositório.

RI/FURG

O RI - FURG será gerenciado por um comitê gestor, nomeado pelo Reitor, que atuará integrado com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura a Pró-Reitoria de Graduação, o Núcleo de Informação e Documentação – NID e com o Núcleo da Tecnologia da Informação – NTI. O comitê gestor do RI - FURG estará vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), para fins de coordenação e apoio, e será constituído por um (1) representante da PROPESP, um (1) representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), 1 representante da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), 1 representante do NID e 1 representante do NTI. O comitê gestor do RI – FURG terá as seguintes atribuições: I. implantar e viabilizar a utilização do repositório institucional (RI) da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição; II. orientar a organização do conjunto de informações institucionais, referentes à produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição; III. orientar sobre o sistema de coleta e divulgação de dados, garantindo a qualidade destes e a comparabilidade das séries históricas; IV. orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuem como repositórios institucionais agregando informações; V. aprimorar e apoiar o desenvolvimento de subsistemas de registros de informações, uma vez que sejam do âmbito da produção intelectual, e demais informações geradas pela Instituição; VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital; VII. propor normas e documentos que orientem as Unidades Acadêmicas da FURG ao registro da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição oriundas de atividades nela desenvolvidas.

d) Obrigatoriedade de depósito – Essa categoria aponta a obrigatoriedade do depósito nos RIS

RI/UFBA

A comunidade científica institucional deverá publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre [...] o aludido depósito deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo de 6 (seis) meses, a partir da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no **RI**; na impossibilidade da realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, a versão que foi submetida à revista científica (pré-print) assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.

RI/ UFC

Considera-se produção técnico-científica os seguintes documentos: I - artigos publicados em periódicos científicos; II - teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da UFC; III - teses e dissertações defendidas extra UFC cuja autoria é de servidores desta instituição; IV - livros e capítulos de livros; V - trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos; VI - produção cultural oriunda de trabalhos científicos e acadêmicos.[...] O depósito poderá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, e em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI.

RI/ UFRN

O depósito de informações referentes a produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional [...] deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 06 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI; na impossibilidade da realização do depósito devido às cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica (pré-prints), assim como as alterações propostas pela revista que o publicou; para efeito deste documento considera-se “pré-prints” a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado.

RI/UFPE

O conteúdo do Repositório Digital está organizado em uma estrutura hierárquica composta por comunidades, subcomunidades e coleções de documentos. Os itens que podem ser depositados no Repositório Digital, são: I – Arquivos de áudio; II – Artigos científicos; III – Artigos de eventos; IV – Capítulos de livros; V – Versão para contribuintes da comunidade acadêmica da UFPE; VI – Dissertações; VII – E-books; VIII – Imagens e material de laboratório considerados fontes primárias; IX – Livros; X – Monografias de especialização; XI – Recursos educacionais abertos; XII – Teses; XII – Trabalhos de conclusão de cursos de graduação; XIV – Trabalhos publicados em anais de eventos, com possibilidade de abertura para outros materiais produzidos pela Universidade por seu corpo docente, discente e técnico; XV – Vídeo.

RI/UFOP

O depósito citado no *caput* deste artigo deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica, sendo que, em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou o coautor terá um prazo máximo de seis meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI; Na impossibilidade de realização do depósito devido a cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a(as) revista(s) em que seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja, aquela versão que foi submetida à revista científica

(*pré-prints*), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.

RI/UFS – “Todos os documentos publicados por servidores da UFS em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou avaliados por uma banca de especialistas deverão ser depositados no RI-UFS”.

RI/UFFS

Os Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação (TCC), Monografias de cursos de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas junto aos cursos de graduação e de pós-graduação da UFFS devem, obrigatoriamente, integrar o RD, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

RI /UFF

Como um ato de registro oficial, é obrigatório e indispensável o depósito no RIUFF de cópia digital das seguintes produções técnico-científicas: trabalhos de conclusão de cursos de Graduação e Especialização da UFF; nos termos da Instrução de Serviço SDC 01/2014; teses e dissertações, conforme recomendações Capes, em especial a Portaria Capes 013, de 15 de fevereiro de 2006; trabalhos já publicados elaborados por servidores docentes ou técnico-administrativos da UFF previstos no Art. 7º desta Política.

RI /FURG

O RI-FURG será composto pelo depósito de toda a produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição de autoria ou co-autoria de servidores da FURG, passíveis de registro nos termos definidos pela PII - FURG. O depósito da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é obrigatório e deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de seis (6) meses da data de publicação da produção para depositá-lo no RI; A divulgação do conteúdo da produção intelectual e demais informações geradas pela Instituição é opcional, de acordo com os termos firmados entre os autores e os editores da produção intelectual, sendo somente obrigatório o depósito no RI.

e) “Desobrigatoriedade” de depósito - Essa categoria aponta quais materiais não precisam ser depositados nos RIS

RI /UFBA

Ficam desobrigados de depósito no **RI**, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; [...] os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre; [...] os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem

publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

RI/UFC

Ficam desobrigados de depósito no RI: I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; II - os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; III - os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

RI/UFRN

Ficam desobrigados de depósito no RI: I – os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; II – os artigos publicados em revistas científicas que estabeleçam em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito de artigos nelas publicados, em repositórios de acesso livre; III – os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisa passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

RI/UFOP

Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RI/UFOP documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais; Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os documentos cujos conteúdos integrem resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulo de livros que serão publicados com fins comerciais; Ficam desobrigados de depósito no RI/UFOP os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito dos artigos publicados em suas revistas em repositórios de acesso livre.

RI/UFS

Ficam desobrigados de depósito no RI-UFS: **I.** os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; **II.** os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impeçam o depósito em repositórios de acesso aberto; **III.** os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais, e, **IV.** os relatórios parciais e finais de estágios supervisionados curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

RI /UFFS

Os livros e capítulos de livros publicados em editoras comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais ficam desobrigados a integrarem o RD/UFFS. Ficam desobrigados de depósito no RD os documentos cujo conteúdo integram resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem divulgados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

RI / UnB

Ficam desobrigados de depósito no RIUnB livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais. Somente serão distribuídos eletronicamente pelo RIUnB documentos cujas autorizações tenham sido concedidas pelo(s) detentor(es) de seus direitos patrimoniais; Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito, em repositórios de acesso livre, dos artigos publicados em suas revistas.; Ficam desobrigados de depósito no RIUnB os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros a serem editados com fins comerciais.

RI /UFF

Ficam desobrigados do depósito no RIUFF: I - livros ou capítulos de livros publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais; II-artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores, cláusulas que impeçam o depósito de artigos, publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre; III- documentos cujos conteúdos apresentam resultados de pesquisas passíveis de serem patenteadas ou de serem publicadas em livros ou capítulos de livros com fins comerciais.

f) Tipos de materiais e documentos - Essa categoria aponta quais materiais e documentos devem ser depositados nos RIs

RI/UFLA

Para fins do disposto nesta Resolução, considerar-se-á produção intelectual passível de depósito no RIUFLA os documentos elencados abaixo: I. artigos publicados em periódico científico, no qual haja processo de seleção por meio de revisão por pares; II. trabalhos publicados em eventos científicos, nos quais haja processo de seleção por meio de revisão por pares; III. dissertações e teses, após avaliação por banca específica; IV. monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação *lato sensu*, após avaliação por banca específica; V. livros ou capítulos de livros, após avaliação por banca específica de editora; VI. registros de propriedades intelectuais, desde que não haja cláusula de confidencialidade; VII. textos acadêmicos, manuais e relatórios técnicos; VIII. boletins técnicos e de extensão; IX. dados de experimentos.

RI/UFVJM

São considerados produção científica os seguintes documentos gerados pela Comunidade Acadêmica: I - Teses e dissertações defendidas na UFVJM; II- Teses e dissertações defendidas por membros da Comunidade Acadêmica da UFVJM em outras Instituições; III - Artigos científicos publicados por membros da comunidade científica da UFVJM. IV - Trabalhos apresentados em eventos e publicados em anais; V - Livros ou capítulos de livros de autoria de membros da Comunidade Acadêmica daUFVJM; VI – Dados de pesquisas em andamento, quando disponibilizados pela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM.

g) Criação de comunidades e coleções - Essa categoria aborda como criar coleções e comunidades

RI (LUME /UFRGS)

Comunidades e Coleções, para serem incluídas no Lume, devem estar em consonância com os objetivos do Repositório. A inclusão de nova comunidade está sujeita a parecer favorável do Comitê Gestor do Lume. Os procedimentos de avaliação compreendem, prioritariamente, três aspectos relacionados a seguir: I - de conteúdo, para assegurar a qualidade e a sua adequação aos objetivos do repositório; II- de formato para garantir o acesso ao conteúdo dos arquivos; III- de participação do proponente, para garantir a qualidade na definição e registro dos metadados e manutenção de fluxo contínuo de inclusão de novos objetos digitais. Cada comunidade estará sujeita a critérios e procedimentos próprios, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais que inclui.

RI/UFF

O conteúdo do Repositório Institucional da UFF está organizado em uma estrutura hierárquica composta por comunidades, subcomunidades e coleções de itens (documentos). Dentro de cada comunidade, pode haver um número ilimitado de subcomunidades e um número ilimitado de coleções (por exemplo, artigos, livros, resumos, teses e dissertações). Cada coleção pode conter um número ilimitado de itens (documentos); Os procedimentos para criação de comunidade/coleção no RIUFF estão disponíveis na página do Repositório: <http://www.repositorio.uff.br/jspui>.

RI/UFMG

Uma comunidade aceita: ● Gerenciar o fluxo de submissões às suas coleções, cabendo a ela incluir e gerenciar seus membros ou grupos; ● Estabelecer diretrizes para a coleta de conteúdo que deseja armazenar e tornar acessível. Nesse sentido, o responsável pela comunidade ou coleção é quem permitirá a circulação do conteúdo postado e se estará disponível para visualização e download, ● Apresentar e descrever o conteúdo de acordo com as normas do Repositório e metadados; ● Responder a um pedido de confirmação anual de informação à comunidade; ● Observar as políticas da Universidade no Repositório e manter os membros da comunidade informados sobre essas políticas.[...]
Uma comunidade se reserva o direito de: ● Estabelecer uma política em relação ao conteúdos a serem arquivados alinhada às diretrizes do

Repositório; • Definir quem pode submeter conteúdos às coleções da comunidade; • Determinar as políticas de acesso aos conteúdos armazenados nas coleções; • Receber uma cópia do material enviado para avaliação quanto a pertinência de sua submissão; • Aprovar a adição ou supressão de sub-comunidades; • Personalizar interfaces referentes às coleções mantidas pela comunidade.

RI/UFMS

A orientação da política geral do Repositório é que depositantes de uma Comunidade devam se encaixar em pelo menos uma das categorias abaixo: I- professores; II- pesquisadores; III- alunos de doutorado, mestrado ou iniciação científica; ou IV - pessoa designada por professor ou pesquisador para efetuar suas submissões. As Comunidades têm como responsabilidades: I - realizar submissão e descrição dos conteúdos; II- elaborar a política da comunidade em concordância com as políticas gerais do Repositório; III- tomar decisões sobre as definições da Comunidade, coleções e membros em concordância com as políticas gerais do Repositório; IV- informar aos gestores do Repositório sobre alterações significativas nas Comunidades ou coleções que impactam no processo de submissão de documentos; V- responder às eventuais solicitações de confirmação de dados sobre a Comunidade e estar apto a participar de eventuais avaliações dos serviços do Repositório.

h) Responsabilidades – Essa categoria aponta as responsabilidades da equipe técnica dos repositórios

RI/UFLA –

A Equipe Técnica será responsável por: I. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia de preservação; II. disciplinar as normas sobre o depósito da produção intelectual dos pesquisadores, inclusive monografias, dissertações e teses de cursos de pós-graduação *Stricto sensu*.

RI/UnB - “A Biblioteca Central(BCE) fica encarregada pelo desenvolvimento, implantação, manutenção, hospedagem e alimentação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) para guarda e preservação da produção científica de toda a UnB em suporte digital”.

RI/ UFVJM – “É de responsabilidade da SisBi/UFVJM, através da Coordenação do RI/UFVJM, o recebimento e a submissão dos documentos, a revisão de metadados e a alimentação do Repositório”.

i) Direitos autorais – Essa categoria aborda padrões e protocolos para proteção de direitos autorais

RI /UFC –“ Deverá adotar os padrões e protocolos proteção dos direitos autorais definidos no modelo *Creative Commons*”.

RI/UFFS – “Os documentos disponibilizados no RD/UFFS são de propriedade e responsabilidade de seus autores; A política de direitos autorais do RD/UFFS observará a legislação nacional vigente, em particular a Lei nº 9.279/96 e a Lei nº 9.609/98”.

RI/UFF – “Serão observadas as questões de direitos autorais acordadas entre os autores e os editores, cabendo ao autor depositar somente os metadados e, eventualmente, se autorizado pela editora nos termos do contrato, link que remete ao original da produção científica”.

RI/UFGM

DIREITOS AUTORAIS E OUTRAS QUESTÕES JURÍDICAS O Repositório Digital seguirá as políticas da UFGM quando se confrontar com reclamações e recursos relativos ao conteúdo do repositório. Para resolver a questão de direitos autorais, quando os artigos forem submetidos ao DSpace, os autores autorizarão à UFGM a reprodução e distribuição dos conteúdos disponíveis no repositório. Contudo, serão salvaguardados aqueles documentos não autorizados pelos mantenedores da Coleção. Em uma eventual disputa acerca dos materiais disponíveis no Repositório Digital, a UFGM aplicará suas políticas institucionais específicas. Se um item for razoavelmente inseguro, ou ferir os princípios éticos da Universidade, o mesmo será removido do repositório.

j) Submissão de objetos digitais - Essa categoria aborda os requisitos para submissão de objetos digitais

RI (LUME/ UFRGS)

Para ser incluído em Comunidades e Coleções do LUME, o objeto digital deve atender aos requisitos gerais relacionados a seguir: I- ser produzido ou orientado por membro(s) da UFRGS;II- não ser efêmero; III- ser de acesso livre; IV - estar em formato digital, conforme definido pela equipe técnica do Lume; V - estar completo e finalizado; conter metadados e objeto(s) digital(is); VII- o autor deve poder e estar disposto a conceder à UFRGS o direito não exclusivo de dar acesso ao público pela Internet e de preservar seu trabalho integral no Lume; VIII - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdos criados por outros, mas que façam parte de seu trabalho; Para cada comunidade ou coleção será concedido prazo de embargo, estipulado nos critérios e procedimentos próprios da mesma.

RI/ UFFS – “Os arquivos/documentos a serem submetidos ao RD/UFFS devem estar em um dos seguintes formatos: I - Formato PDF, para textos; II - Formatos JPEG, para imagem; III - Formato JPEG e mp4, para vídeos; IV - Formato WAV e mp3, para sonoros”.

RI – UFF

São aceitos arquivos digitais de texto, som, imagem e vídeo, nos formatos pdf (texto); pps (apresentação); gif (imagem); jpeg (imagem); html (páginas Web); mp3 (áudio); mov (vídeo); wmv (vídeo); webm (vídeo), flv (Flash Vídeo) e Ogg+Theora (som); swf (flash – animações); exe (programas); xls (editor de planilhas), dentre outros”.

k) Livre acesso e uso – Essa categoria aponta a garantia de livre acesso e uso dos RIs

RI/ UFBA - “O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional desta Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional”.

RI/UFC – “O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional”.

RI/LUME – UFRGS – “Os trabalhos depositados no Lume estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons adotada no Lume”

RI /UFPE – “O Repositório Digital será livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional”.

RI /UFOP – “O RI/UFOP será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto Internacional”.

RI /UnB – “O RIUnB será de livre acesso, tanto no contexto nacional

quanto no Internacional”.

RI/FURG - “O RI será alimentado pelas Unidades da FURG e será de livre acesso, tanto no contexto nacional quanto internacional”.

l) Padrão – Essa categoria aponta que os RIs devem fazer uso de padrões e protocolos definidos no modelo Open Archives.

RI/ UFBA – “O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives (Arquivos Abertos)”.

RI/UFC – “O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*”.

RI/UFRN – “O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives”.

RI/ UPFE – “O Repositório Digital deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando – o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos o modelo Open Archives”.

RI / UFOP - “O RI/UFOP deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*”.

RI/UnB – “O RIUnB terá capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*”.

RI/ FURG – “O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (Open Archives)”.

RI /UFT – “O RI será integrado com sistemas nacionais e internacionais, observando o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo acesso aberto (Open Archives)”.

m) Missão - Essa categoria aborda a missão de um RI.

RI/ UFMG

MISSÃO INSTITUCIONAL O repositório digital visa: • Potencializar e promover a colaboração científica e o desenvolvimento de parcerias culturais e sociais intra e extramuros; • Ampliar a visibilidade das práticas de pesquisa desenvolvidas na UFMG através das evidências dos percursos científicos; • Potencializar parcerias acadêmicas a partir de interesses e percursos informacionais comuns; • Preservar os documentos produzidos ao longo das pesquisas e considerados pertinentes por núcleos de estudo, programas de pós-graduação e pesquisadores individuais.

Quadro 11 – Elementos existentes nas políticas dos repositórios selecionados

Elementos													
IFES	MET.	OBJS.	COMITÊ	OBR.	DES.	TIPOS	CRIAÇÃO	RESP.	D.A.	SUB.	L.A.U	PADRÃO	MISSÃO
UFPA	X												
UFT		X										X	
UFBA		X	X	X	X						X	X	
UFC		X	X	X	X				X		X	X	
UFS		X	X	X	X								
UFPE		X	X	X	X						X	X	
UFRN		X	X	X								X	
UnB		X			X			X			X	X	
UFMS		X					X						
UFLA		X				X		X					
UFMG		X					X		X				X
UFOP		X	X	X	X						X	X	
UFVJM		X				X		X					
UFF		X	X	X			X		X	X			
UFRGS	X	X					X			X	X		
FURG		X	X	X							X	X	
UFFS		X	X	X					X	X			

Legenda
MET. – Metadados
OBJS – Objetivos
COMITÊ – Comitê gestor
OBR. – Obrigatoriedade de depósito
DES. – “Desobrigatoriedade” de depósito
TIPOS – tipos de materiais e documentos
CRIAÇÃO – Criação de comunidades e coleções
RESP. – Responsabilidades
D.A – Direitos autorais
SUB. – Submissão de objetos digitais
L.A.U – Livre

Fonte: A autora (2019)

4.4 QUADROS COMPARATIVOS: LITERATURA, POLÍTICAS E EVENTOS

Após a análise dos *corpora*, faremos dois comparativos para apontar o que foi levantado sobre políticas, permitindo assim avaliarmos e traçarmos as diretrizes fundamentais que devem estar presentes em uma política de funcionamento aplicável em Repositórios Institucionais.

O Quadro 12 faz a comparação da leitura dos modelos teóricos de Leite (2009), Barton e Walters (2004), das 17 políticas dos RIs da amostra. Na literatura foi possível identificar elementos que devem compor uma política de funcionamento e com relação às 17 políticas selecionadas, foram 13 categorias.

Quadro 12 – Quadro comparativo 1

Modelos Teóricos de Leite (2009), Barton Walters (2004)	13 Categorias das 17 políticas
Povoar o repositório	Tipos de materiais e documentos
Criar coleção /comunidade, tipos de materiais	Criação de comunidades e coleções
Estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;	Obrigatoriedade de depósito; “Desobrigatoriedade” de depósito; Direitos autorais
Apresentar os principais atores envolvidos no contexto do RI;	Comitê gestor;
Integrar o RI na estratégia e no ambiente de informação da instituição;	Objetivos dos RIs;
Elaborar política de Preservação Digital	Metadados; Submissão de objetos digitais;
Gerenciar riscos/ Elaborar plano de contingência;	Missão;
Atrair e satisfazer as necessidades dos usuários;	Livre acesso e uso;
Manter relações externas e internas com sociedades científicas e equipes de gestão da informação	Padrão

Fonte: A autora (2019)

O Quadro 13 apresenta um comparativo e foi elaborado a partir dos modelos teóricos de Leite (2009), Barton e Walters (2004) e da única política que se apresenta

como política de funcionamento, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e das citações dos dois artigos que abordaram políticas de funcionamento.

Quadro 13 - Quadro comparativo 2

(continua)

Modelos Teóricos – Leite (2009), Barton e Walters (2004)	Categorias das 17 Políticas	Eventos – SNBU e CBBB
- Preservação Digital;	Objetivos: a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da UFVJM.	Preservação digital de longo prazo;
- Povoamento do repositório (criação de coleção /comunidade), tipos de materiais;	Materiais: documentos gerados pela Comunidade Acadêmica - Teses e dissertações defendidas na UFVJM, Teses e dissertações defendidas por membros da Comunidade Acadêmica da UFVJM em outras Instituições; Artigos científicos publicados por membros da comunidade científica da UFVJM; Trabalhos apresentados em eventos e publicados em anais; Livros ou capítulos de livros de autoria de membros da Comunidade Acadêmica da UFVJM; Dados de pesquisas em andamento, quando disponibilizados pela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM.	Povoar o repositório; Definir qual o tipo de conteúdo aceito;
Gerenciamento de risco (plano de contingência);	Responsabilidade: É de responsabilidade da SisBi/UFVJM, através da Coordenação do RI/UFVJM, o recebimento e a submissão dos documentos, a revisão de metadados e a alimentação do Repositório.	-Gerenciar risco;
Estabelecimento de responsabilidades, direitos e deveres;	Responsabilidade: É de responsabilidade da SisBi/UFVJM, através da Coordenação do RI/UFVJM, o recebimento e a submissão dos documentos, a revisão de metadados e a alimentação do	Estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; Torná-lo juridicamente viável; Quem pode depositá-lo; como são os fluxos de trabalho;

Quadro 13 - Quadro comparativo 2

(conclusão)

Modelos Teóricos – Leite (2009), Barton e Walters (2004)	Categorias das 17 Políticas	Eventos – SNBU e CBBB
Visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do RI	Repositório.	-as responsabilidades de cada ator envolvido; -Apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do RI; - as responsabilidades de cada ator envolvido;
Integração do RI na estratégia e no ambiente de informação da instituição		Integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição;
Preocupação com direitos e autorais de teses e dissertações de uma instituição		Torná-lo juridicamente viável;
	Missão: armazenar e disseminar, através de acesso livre, a produção científica da Comunidade Acadêmica da Instituição.	Satisfazer as necessidades da comunidade; -Atrair usuários; -Manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; -Manter relações internas com administradores acadêmicos pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição; -Facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório.

Fonte: A autora.

No entanto, embora o *corpora* seja composto por 3 análises, vale salientar que a abordagem sobre política de funcionamento do RIs apresenta um número ainda pouco expressivo. Desse modo, conclui-se que o estudo dessa política é importante tanto na prática do bibliotecário no RI quanto para a literatura especializada.

5 PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO EM REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Na literatura identificou-se uma política de funcionamento elaborada por Leite (2009) adaptada de Barton e Walters (2004). No entanto, constatamos por meio das análises que estes modelos não contemplam todos os elementos que uma política de funcionamento deveria conter.

Diante desse parâmetro e com o intuito de se atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, ou seja, contribuir para construção de políticas de funcionamento aplicáveis em Repositórios Institucionais das Universidades Federais Brasileiras, e tendo com base a pesquisa aqui apresentada, propomos algumas diretrizes para construção da política de funcionamento.

No contexto desta pesquisa uma diretriz é definida como um conjunto de ações recomendadas para atingir um objetivo e um resultado esperado, ou seja, diretrizes para criação de políticas de funcionamento com o objetivo de garantir as boas práticas e consolidação dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras.

Vale ressaltar que as diretrizes elencadas abaixo foram estabelecidas a partir das três análises (modelo baseado em Leite (2009), Barton e Walters (2004), políticas encontradas nos 17 RIs selecionados e trabalhos publicados nos eventos – SNBUs e CBBDs).

- a) 1ª Diretriz: Missão: É a razão pela qual o repositório existe. Define seu foco de atuação;
- b) 2ª Diretriz: Objetivos: destacar os objetivos principais do repositório;
- c) 3ª Diretriz: Estabelecimento de comunidades e coleções considerando: devem os objetivos dos RIS e os critérios de um comitê gestor do RI;
- d) 4ª Diretriz: Documentos: estabelecer quais tipos de materiais serão aceitos no repositório;
- e) 5ª Diretriz: Metadados: seguir padrões internacionalmente aceitos e definidos conjuntamente pela equipe técnica do RI e pelos responsáveis pela comunidade;
- f) 6ª Diretriz: Obrigatoriedade do Depósito: o quesito obrigatoriedade tem por objetivo o depósito de toda produção científica produzida por membros de uma instituição, seja ela publicada em revistas com

revisão por pares ou não, em seu repositório de acesso livre;

- g) 7ª Diretriz: Exceções da Obrigatoriedade: conforme mencionado na 4ª diretriz sobre obrigatoriedade. A instituição deve determinar o depósito da produção científica de seu corpo docente imediatamente após a aceitação para publicação, sem atrasos ou exceções. Porém, caso o acesso ao conteúdo de determinada publicação tenha de ser restringido, normalmente provocado por políticas editoriais ou contratos estabelecidos pela revista que impeça o depósito, é fortemente recomendado aos autores que tornem seu conteúdo livremente disponível tão logo seja possível;
- h) 8ª Diretriz: Responsabilidades dos atores do RI: Administrador do Repositório, gestor da comunidade, gestor da coleção, validador, depositante; criação de um comitê gestor com a finalidade de gerir promoções e conflitos no RI; Principais atores: elencar que funcionários trabalharão no RI;
- i) 9ª Diretriz: Direitos autorais: os documentos disponibilizados tem os direitos exclusivos da própria universidade. Os repositórios devem observar a legislação nacional vigente, em particular a Lei nº 9.279/96 e a Lei nº 9.609/98; os trabalhos depositados estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa e estudo de acordo com a licença pública Creative Commons; o uso de qualquer trabalho no todo ou em parte em publicações, implica obrigatoriamente a citação do mesmo, indicando os dados completos da obra;
- j) 10ª Diretriz: Preservação digital: garantir a preservação de todo e/ou qualquer material depositado no RI;
- k) 11ª Diretriz: Gestão de risco: criação de um plano de contingência com o intuito de solucionar problemas futuros;
- l) 12ª Diretriz: integração do RI com estratégias e ambiente de informação da instituição: integralização do RI com ações da universidade;
- m) 13ª Diretriz: Comitê gestor: O Comitê Gestor do Repositório Institucional será a instância responsável pela definição de diretrizes técnicas, gestão e criação de novas comunidades e coleções de todos os cursos e unidades da universidade;
- n) 14ª Diretriz: submissão de objetos digitais: Os arquivos/documentos a serem submetidos ao RI devem estar nos formatos estipulados pela

universidade;

- o) 15ª Diretriz: Livre acesso e uso: O RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional de uma Universidade será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- p) 16ª Diretriz: Padrão: O RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives;
- q) 17ª Diretriz: Realização de treinamentos para usuários e responsáveis pelo povoamento do RI;
- r) 18ª Diretriz: Atrair usuários e satisfazer as necessidades da comunidade: realizar a promoção e divulgação do repositório através das redes sociais da universidade; solucionar as necessidades dos usuários do RI.

Portanto com base nas diretrizes estabelecidas acima, pode-se afirmar que este conteúdo deve estar presente em uma política de funcionamento de um repositório institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas tecnologias de informação e comunicação, em especial no âmbito da internet, aliado ao movimento em favor do acesso livre ao conhecimento contribuíram e contribuem para o novo cenário no processo de disseminação da informação científica, visto que ampliam as formas de disseminação científica - os repositórios institucionais são uma dessas ferramentas - contribuindo assim para a diminuição de barreiras de acesso às fontes de informação.

O problema colocado inicialmente na pesquisa se concentrou na identificação de políticas dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras, principalmente as políticas de funcionamento. O estudo também analisou a textos de Leite (2009), Barton e Walters (2004) especializados no tema, além dos eventos profissionais da área de Biblioteconomia. Após todos os levantamentos, foram realizadas análises de conteúdo e de dados extraindo fundamentalmente elementos que contribuíram para a elaboração das 18 diretrizes na criação de um modelo de política de funcionamento para repositórios já existentes que possuam ou não uma política ou para aquelas universidades que ainda não implementaram os RIs nas suas instituições.

Das 18 diretrizes estabelecidas, elementos foram selecionadas das 17 políticas são elas:

- a) Missão;
- b) Objetivos;
- c) Comitê gestor;
- d) Obrigatoriedade de depósito;
- e) Desobrigatoriedade de depósito;
- f) Tipos de materiais e documentos;
- g) Criação de comunidades e coleções;
- h) Responsabilidade;
- i) Direitos autorais;
- j) Submissão de objetos digitais;
- k) Livre acesso e uso;
- l) Padrão;
- m) Metadados;

Já dos textos de Leite (2009), Barton e Walters (2004), 5 elementos foram coletados, são eles:

- a) Preservação digital;
- b) Gestão de risco;
- c) Atrair e satisfazer as necessidades da comunidade;
- d) Integração do RI com estratégias e ambiente de informação da instituição: integralização do RI com ações da universidade.

Uma diretriz foi adicionada através das experiências diárias dos bibliotecários que trabalham com RIs. Essa diretriz foi identificada tanto nos artigos dos eventos SNBU e CBBB quanto a vivência dos bibliotecários que trabalham diariamente com repositórios institucionais:

- a) Realização de treinamentos para usuários e responsáveis pelo povoamento do RI.

Os resultados alcançados foram importantes, porém poderiam ser mais expressivos e completos, visto que ainda há poucos texto e autores que abordam o tema da pesquisa, assim como em eventos especializados como SNBU e CBBB.

Entretanto, os artigos analisados dos eventos de Biblioteconomia apresentaram terminologias de políticas dos RIs. São elas: política de guarda e de preservação, política mandatória, política institucional de informação, política de tratamento de direitos autorais, política de tratamento de objetos digitais, política de tratamento de metadados, política de gestão institucional, política de funcionamento, política de conteúdo e depósito.

Neste sentido, vê-se a importância da continuidade de pesquisas e investimentos acerca de políticas de funcionamento de repositórios institucionais, no intuito de que se encontre métodos práticos e tangíveis de avaliação dos benefícios da implementação dessas políticas em repositórios institucionais, assim como o crescimento da visibilidade da instituição após a adoção da política.

Sendo assim, ponderamos que é de grande importância o papel dos bibliotecários e cientistas da informação no que tange a criação do hábito de utilizar e divulgar os RIs. Cabe, também, aos bibliotecários e demais profissionais das ciências da informação o apoio técnico na fase de implementação do Repositório Institucional, assim como definição de políticas, promoção das vantagens dos Repositórios Institucionais, treinamento da comunidade e conscientização da importância do frequente uso.

A contribuição do Acesso Aberto com seus Repositórios institucionais alavanca o progresso da pesquisa e educação de um país, uma vez que proporciona a disseminação de toda a produção técnico-científica. Por isso é necessário que os RIs já existentes e os futuros RIs tenham e façam uso da política de funcionamento. As 18 diretrizes estabelecidas neste estudo auxiliarão os bibliotecários que trabalham diariamente com um repositório institucional, pois os profissionais poderão usar o RI na sua plenitude com todas as suas funcionalidades.

REFERÊNCIAS

ARELLANO, Miguel Angel Márdero. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, maio/ago. 2004.

BAPTISTA, Ana A.; COSTA, Sely M. S.; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy. Comunicação científica e o papel da Open Archives Initiative no contexto do acessolivre. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. Esp., p. 1-17, 1. sem. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/377>>. Acesso em: 24 fev.2018.

BARTON, Mary R; WALTERS, Margaret M. **Creating an Institutional Repository: LEADIRS Workbook**. MIT Libraries, 2004. Disponível em: <<http://www.dspace.org/images/stories/leadirs.pdf>>. Acesso em: 15 jan.2019.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. Max Planck Society. 2003. Disponível em: <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlin_declaration.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BETHESDA Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em: <<http://www.earham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em 07 jul. 2018.

BOAI. Budapest Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Budapeste, 2002. Disponível em: <www.soros.org/openaccess/read.shtml>. Acesso em: 19 out. 2018.

CAFÉ, Lígia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede. In: ENDOCON – Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação, 13., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2003/encodom/ENDOCOM_CAFÉ.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

CARVALHO, Catarina Prestes; CARVALHO, Rodrigo Aquino de. Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDOAR. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.26, n.2, p.105-108, jul/dez. 2012.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago, 2006.

COSTA, S. M. S.; KURAMOTO, H.; Leite, Fernando César Lima. Acesso aberto no Brasil: aspetos históricos, ações institucionais e panorama atual. In: RODRIGUES, E.; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. (Org.). Uma década de acesso aberto na UMinho e no

munho. Braga: Universidade do Minho, Serviços de Documentação, 2013, p. 133-150. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CROW, Raym. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington, DC, **Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition**, 2002. Disponível em: <http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GUÉDON, Jean-Claude. Toward optimizing the distributed intelligence of scientists: the need for open access. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. [**Trabalhos apresentados...**]. Campinas: UNICAMP, 2004.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, S.M.S.P.; TARGINO, M. G. (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Senac, 2010.

HARNAD, Stevan. Free at last: the future of peer-reviewed journals. **D-Lib Magazine**, v. 5, n. 12, Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/december99/12harnad.html>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

HARNAD, Stevan (2015) Open Access: What, Where, When, How and Why. In: *Ethics, Science, Technology, and Engineering: An International Resource* eds. J. Britt Holbrook & Carl Mitcham, (2nd of Encyclopedia of Science, Technology, and Ethics, Farmington Hills MI: MacMillan Reference). <<https://eprints.soton.ac.uk/361704/1/ESTEarticle-OA-Harnad.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KURAMOTO, Hélio. **Blog do Kuramoto**. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/>>. Acesso em 16 out. 2018.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago, 2006.

LE COADIC, Yves-François. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet Lemos Livros, 1996.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009.

LEITE, F. C.L. Diretrizes para a construção de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, [São Paulo]. **Tópico temático...** [São Paulo]: IBICT, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/dP6Um>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

LEITE, Fernando César L.; COSTA, Suely. Repositórios institucionais como ferramenta de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, maio/ago, 2006.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, 26, 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html>>. Acesso em: 12 jan 2017.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYAO, Luís Fernando. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Disponível em: <<http://www.openarchives.org/>>. Acesso em 15 abr. 2018.

OPENDOAR: the Directory of Open Access Repositories. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acesso em 10 nov. 2017.

SHERPA/RoMEO: publisher copyright policies & self-archiving. Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>>. Acesso em 21 jan. 2017.

SILVA, Priscila do Nascimento; WEITZEL, Simone da Rocha. Os desafios das políticas de embargo em Repositórios Institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras. **Reciis**, n.11 – suplemento. Nov. 2017. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em 12 mar. 2017.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.], 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VIANA, C. L. de M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais baseados em DSpace e EPrints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., Salvador, 2006. **Anais...** Salvador: [IBICT], 2006. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00001087/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

VIANA, C. L. de M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecas-cruesp.usp.br/3sibd/docs/viana358.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

APÊNDICE A – TRABALHOS APRESENTADOS NOS SNBUS (2002 a 2018)

(continua)

SNBU			
Ano	Local	Título	Autor(es)
2002	Recife – PE – Site não encontrado		
2004	Natal – RN – Nenhum artigo pertinente ao tema		
2006	Salvador – BA – Site não encontrado		
2008	São Paulo – Site não encontrado		
2010	Rio de Janeiro	Repositório institucional: produção intelectual do Instituto de Ensino Superior do Sul de Maranhão (IESMA)	Alessandra Saraiva de Souza
2010	Rio de Janeiro	Estratégias para implementação de repositórios da UNIRIO	Simone da Rocha Weitzel, Elisa Campos Machado
2010	Rio de Janeiro	Repositório digital dos anais do SBRS do INPE	Marciana L. Ribeiro, Gerald J. F. Banon, Lise C. Banon
2010	Rio de Janeiro	Acesso e uso de repositórios digitais por docentes brasileiros de ciência da informação	Valdinéia Ferreira
2010	Rio de Janeiro	Informação a serviço da inclusão social: bases para construção de um repositório temático	Robson Lopes de Almeida, Valdeilson Soares Neri
2010	Rio de Janeiro	A importância do bibliotecário na participação do movimento de acesso livre à literatura técnico-científica:	Renato Reis Nunes

		o caso dos repositórios institucionais	
2012	Gramado – RS	Em busca de diretrizes que garantam o funcionamento e consolidação dos repositórios institucionais brasileiros: a questão das políticas informacionais de auto-arquivamento	Renato Reis Nunes
2012	Gramado – RS	Guaica: gerenciando e ampliando a visibilidade da produção científica da Universidade Federal de Pelotas	Aline Herbstrith Batista, Elionara Giovana Rech, Fabiano Domingues Malheiro
2012	Gramado – RS	A visualização da informação nos repositórios digitais institucionais brasileiros	Dirce Maria Santin, Letícia Angheben Consoni
2012	Gramado – RS	Os repositórios institucionais como fonte de comunicação científica: visibilidade e acessibilidade ao conhecimento	Rosana Oliveira, Ana Esmeralda Carelli
2014	Gramado – RS	Repositório institucional nas universidades estaduais da Bahia: condições de implantação	Fabio Andrade Gomes, Fábio Jesus dos Santos, Raymundo das Neves Machado
2014	Gramado – RS	A gestão do conhecimento na sociedade da informação: repositório institucional da Universidade Federal de Lavras	Simone Assis Medeiros, Vânia Natal de Oliveira, Nivaldo Oliveira, Rosiane Maria Oliveira, Claudio Fabiana Kloss

2014	Gramado – RS	Organização e disseminação da produção intelectual do SENAC/SC: implantação de um repositório institucional	Daniela Spudeit, Inez Borszcz, Juliane Patrício Coelho
2014	Gramado –RS	Repositórios institucionais: experiência inicial do Campus São Carlos do Instituto Federal de São Paulo	Elis Regina Alves dos Santos, Rodrigo Henrique Ramos, Andre Di Thommazo, Celia Leiko Ogawa Kawabata
2014	Belo Horizonte – MG	A conversão de registros na implantação de repositórios institucionais: o caso do repositório institucional UNESP	Fabício Silva Assumpção, Renata Eleutério da Silva, Jaider Amrader Ferreira, Flávia Maria Bastos
2014	Belo Horizonte – MG	Aplicação do modelo conceitual FRAD na estrutura descritiva do repositório institucional da Universidade Federal Fluminense	Elisabete Gonçalves de Souza, Wellington Freire Cunha Costa, Darlene Alves Bezerra
2014	Belo Horizonte – MG	Aumentando o alcance e a visibilidade de catálogos online e repositórios institucionais com a ajuda do <i>Google</i>	Giuliano Ferreira
2014	Belo Horizonte – MG	Bibliotecas e repositórios digitais: reflexões, tecnologias e aplicações	Divino Ignácio Ribeiro Jr., Andreza Caroline Possenti Zucato

2014	Belo Horizonte – MG	Implantação de repositórios institucionais: o caso da Universidade Federal de Lavras	Simone Assis Medeiros, Patricia Aparecida Ferreira
2014	Belo Horizonte – MG	Relato de experiência da implantação do repositório institucional da Universidade Federal do Pampa	Vera Lucia Scotto Leite, Vanessa Abreu Dias, Marcia Petinga Irala, Marcos Paulo de Anselmo, Doris Souza Santana, Andreia Carvalho Pereira, Dayse Beatriz Juliano Pestana
2014	Belo Horizonte – MG	Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas	Nelma Camelo Araujo, Ingrid Lopes ABS
2014	Belo Horizonte – MG	Repositório Institucional UFPA multimídia: o seu desenvolvimento sob a ótica do profissional bibliotecário	Geisa Silva Dias, Silvia Bitar Moreira
2014	Belo Horizonte – MG	Repositório institucional: uma inovação tecnológica para o Sistema de Bibliotecas da UFRB	Nadja Antonia Coelho dos Santos, Isaelce Santos Silva
2014	Belo Horizonte – MG	Repositórios digitais institucionais: um viés pela	Izabel Mota Franco,

		lei de acesso à informação	Ariadne Chloe Furnival
2014	Belo Horizonte – MG	Repositórios institucionais: caso da BVS Bioética e diplomacia em saúde	Juliana Lourenço Sousa, Neilia Barros Ferreira de Almeida, José Paranaguá de Santana
2014	Belo Horizonte – MG	Roteiro de implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior	Denilson de Oliveira Sarvo, Roniberto Morato do Amaral
2016	Manaus – AM	Construção de repositórios institucionais: a experiência da USP – Unidades de São Carlos e Ribeirão Preto (EESC, FDRP, ICMC, IFSC, IQSC/USP)	Maria Helena Di Francisco, Juliana de Souza Moraes, Teresinha das Graças Colleta, Gracielli Batista Pepe, Leonardo Henrique da Silva Ruiz, Edmar Martineli
2016	Manaus – AM	Implementação do repositório institucional da Universidade Federal da Integração Latino- Americana (UNILA)	João Vitor Vieira Gelinski, Nilson Carlos Vieira Junior
2016	Manaus – AM	Importância dos repositórios institucionais para a divulgação institucional e a	Nivaldo Calixto Ribeiro,

		democratização do acesso aos resultados de pesquisas científicas: uma percepção internacional dos atores envolvidos em seu gerenciamento	Fernanda Vasconcelos Amaral, Eliana J. Bernardes
2016	Manaus – AM	Mapeamento da produção científica da UFG: uma pesquisa para povoamento do repositório institucional	Claudia Oliveira de Moura Bueno
2016	Manaus – AM	Política institucional de informação no colégio Pedro II: diretrizes para a implantação de repositório institucional	Priscila de Assunção Barreto Côrbo, Tatyana Marques de Macedo Cardoso
2018	Salvador – BA	Controle de qualidade e padronização de metadados em repositórios institucionais: o caso do repositório digital da FGV	Kelly Ayala, Marcia Nunes Bacha, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Almeida, Rafaela Ramos de Moraes
2018	Salvador – BA	Dinâmica das coleções no repositório digital de uma universidade	Geisa Meirelles Drumond, Jussara Moore Figueiredo
2018	Salvador – BA	Repositório institucional e a gestão da informação científica na pós-graduação	Eliene Gomes Vieira Nascimento, Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos
2018	Salvador – BA	Normalização de autoridade	Maria

		peçoal em repositório institucional	Marilene Rocha de Souza, Nysia Oliveira de Sá
2018	Salvador – BA	Modelo de repositório para projetos de inovação social	Maria Simone Alencar, Patricia Henning, Raquel Tavares D'Avila
2018	Salvador – BA	O panorama dos repositórios institucionais das universidades federais brasileiras da região Sul e Centro-Oeste: uma análise comparativa	Leandro Conceição Borges, Bruna Beltrão Belinato, Diego Martins Aragão Silva, Barbara Christian Vitiello
2018	Salvador – BA	Repositório institucional da Universidade do Estado do Amazonas: relato de experiência	Jeane Marcelino Galves
2018	Salvador – BA	Repositórios institucionais e bibliotecas digitais de teses e dissertações das universidades federais brasileiras: políticas e documentos	Franciele Marques Redigolo, Nilzete Ferreira Gomes
2018	Salvador – BA	Política de informação e repositórios institucional para acervos audiovisuais em TV universitária	Francisco Edvander Pires Santos, Luiz Tadeu Feitosa, Maria Giovanna Farias
2018	Salvador – BA	Marketing para repositórios institucionais: um estudo para o MEMORIA- repositório institucional do IFRN	Denise Cristina Momo, Sebastião

			Felipe Galvão, Vanessa Cavalcanti
2018	Salvador – BA	Autoarquivamento no repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso no curso de mestrado em ciência da computação	Davilene Souza Santos, Flávia Goulart M. Garcia Rosa
2018	Salvador – BA	Política de acesso aberto para universidades brasileiras: um olhar sob a ótica do regime de informação e da política de informação de repositórios institucionais	Ivanilma Oliveira Gama, Lidiane dos Santos Carvalho
2018	Salvador – BA	Estratégia de busca: importante ferramenta para o povoamento da coleção de artigos de periódicos na ARCA – Repositório Institucional da FIOCRUZ	Ana Maranhão, Claudete Fernandes Queiroz, Éder de Almeida Freyre, Raphael Belchior Rodrigues
2018	Salvador – BA	Estratégias para incrementar a disponibilização de artigos de periódicos em repositórios institucionais	Andre Behr, Caterina Pavão, Janise Silva Borges da Costa, Manuela Klanovicz Ferreira, Zaida Horowitz
2018	Salvador – BA	Sobre repositórios digitais e institucionais	Liliana Giusti Serra, Oscar Eliel

Fonte: A autora (2018)

APÊNDICE B – TRABALHOS APRESENTADOS NOS CBBDS (2002 a 2018)

(continua)

CBBDD			
Ano	Local	Título	Autor(es)
2003	Fortaleza – CE – Site não encontrado		
2005	Curitiba – PR – Site não encontrado		
2007	Brasília – DF – Site não encontrado		
2009	Bonito – MS	Uso de ferramentas de sistemas de gestão de conteúdo para o compartilhamento d a informação e conhecimento: o caso do repositório acadêmico de biblioteconomia e ciência da informação – RABCI	Sibele S. Fausto, Tiago R. M. Murakami
2009	Bonito – MS	A organização e a descrição de estruturas de informação em repositórios institucionais acadêmicos	Renata Gonçalves Curty, Nelma Camelo de Araújo, Brígida Nogueira Cervantes, Maria Julia Carreiro Giraldes
2013	Florianópolis – SC	Repositório do Instituto de Engenharia Nuclear: curadoria digital, publicações ampliadas e gestão de pesquisa	Luana Faria Sales, Luís Fernando Sayão
2013	Florianópolis – SC	Avaliação de usabilidade em repositórios institucionais: o caso da Fiocruz	Viviane Santos de Oliveira Veiga, Rejane Ramos Machado, Aline da Silva Alves

2013	Florianópolis – SC	Implantação do repositório institucional no Instituto Federal do Espírito Santo: o caso do campus Venda Nova do Imigrante	Marcelo Rocha Santos, Brisa Pozzi de Souza
2015	São Paulo – SP	Site não encontrado	
2017	Fortaleza- CE	Mediação da informação e os repositórios institucionais: otimização do acesso à informação	Gracilene Maria de Carvalho, Gracirlei Maria de Carvalho Lima
2017	Fortaleza – CE	Repositórios institucionais: promovendo o alcance dos objetivos as agenda 2030	Layde Dayelle dos Santos Queiroz
2017	Fortaleza – CE	A visibilidade do repositório institucional da UFBA: uma revisão do ranking web of repositories	Daniel Cerqueira Silva, Uillis de Assis Santos
2017	Fortaleza – CE	Ferramenta de migração de base de dados CDS/ISIS para o repositório digital Patuá do Instituto Evandro Chagas	Clarice Pereira Bastos da Silva Neta, Paula Santana Rocha, Regina Maura Almeida
2017	Fortaleza – CE	O compartilhamento de artigos científicos nos repositórios institucionais portugueses e brasileiros: com a voz os gestores	Viviane Santos de Oliveira Veiga, Cícera Henrique da Silva, Luis Guilherm e Gomes de Macena, Maria Manuel Borges

2017	Fortaleza – CE	Proposta de criação de um repositório institucional para a gestão da informação em saúde no INCA	Kátia de Oliveira Simões, Camila Belo Tavares Ferreira, Gustavo Guedes Furtado
2017	Fortaleza – CE	Repositórios institucional de trabalhos acadêmicos dos servidores da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul: um relato de experiência	Simone Peixoto Maia, Anna Paula Knewitz
2017	Fortaleza – CE	Repositório digital da escola superior da magistratura do Maranhão: proposta de implantação	Joseane Cantanhe de Santos Santos
2017	Fortaleza – CE	Historicizando o memória – repositório institucional do IFRN	Vanessa Oliveira de Macêdo

Fonte: A autora (2019).

APÊNDICE C – UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS QUE POSSUEM REPOSITÓRIOS (42)

(continua)

	Universidade	Site – Repositório	Região
1.	UFAM – Universidade Federal do Amazonas	http://riu.ufam.edu.br/	Norte
2.	UFPA – Universidade Federal do Pará	http://repositorio.ufpa.br/jspui/	Norte
3.	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	http://www.ri.unir.br/jspui/	Norte
4.	UFA – Universidade Federal do Acre	http://repositorios.ufac.br:8080/repositorio/	Norte
5.	UFT – Universidade Federal de Tocantins	http://repositorio.uft.edu.br/	Norte
6.	UFAL – Universidade Federal de Alagoas	http://www.repositorio.ufal.br/	Nordeste
7.	UFBA – Universidade Federal da Bahia	http://sibi.ufba/repositorio_institucional-ufba	Nordeste
8.	UFC – Universidade Federal do Ceará	http://www.repositorio.ufc.br/	Nordeste
9.	UFMA – Universidade Federal do Maranhão	https://repositorio.ufma.br/jspui/	Nordeste
10.	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	https://repositorio.ufpe.br/	Nordeste
11.	UFPI – Universidade Federal do Piauí	http://repositorio.ufpi.br/xmlui/	Nordeste
12.	UFS – Universidade Federal de Sergipe	https://ri.ufs.br/	Nordeste
13.	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/	Nordeste
14.	UFCEG – Universidade Federal de Campina Grande	dspace.sti.ufcg.edu.br:8080jspui	Nordeste
15.	UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/	Nordeste
16.	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/	Nordeste
17.	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	http://repositorio.ufes.br/	Sudeste
18.	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	https://repositorio.ufjf.br/jspui/?jsessionid=9AEE5219F1AB700DA79451D0A13FA98F	Sudeste
19.	UFLA – Universidade Federal de Lavras	http://www.repositorio.ufla.br	Sudeste
20.	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	http://www.repositorio.ufop.br/	Sudeste
21.	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	http://www.repositorio.ufu.br/	Sudeste
22.	Universidade Federal de Viçosa	https://www.locus.ufv.br/	Sudeste
23.	UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos	http://www.repositorio.ufscar.br/	Sudeste
24.	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	http://www.repositorio.unifesp.br	Sudeste
25.	UFF – Universidade Federal Fluminense	https://app.uff.br/riuff/	Sudeste

APÊNDICE C – UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS QUE POSSUEM REPOSITÓRIOS (42)

(conclusão)

	Universidade	Site – Repositório	Região
26.	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	http://www.pantheon.ufrj.br/	Sudeste
27.	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/	Sudeste
28.	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	http://www.acervo.ufvjm.edu.br/jspui	Sudeste
29.	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá	https://www.repositorio.unifei.edu.br/xmlui	Sudeste
30.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/	Sudeste
31.	UNB – Universidade de Brasília	http://www.repositorio.unb.br/	Centro-Oeste
32.	UFG – Universidade Federal de Goiás	https://repositorio.bc.ufg.br/	Centro-Oeste
33.	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/	Centro-Oeste
34.	UFGD – Universidade Federal de Grande Dourados	https://dspace.ufgd.edu.br/jspui/	Centro-Oeste
35.	UFPR – Universidade Federal do Paraná	http://www.portal.ufpr.br/bdc.html	Sul
36.	UFPEL – Universidade Federal de Pelotas	http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/	Sul
37.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	http://www.lume.ufrgs.br/	Sul
38.	UFMS – Universidade Federal de Santa Maria	http://repositorio.ufms.br/	Sul
39.	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	http://www.repositorio.furg.br/	Sul
40.	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	http://riut.utfpr.edu.br/jspui/	Sul
41.	UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa	http://dspace.unipampa.edu.br:8080/	Sul
42.	UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul	https://rd.uffs.edu.br/	Sul
43.	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	https://dspace.unila.edu.br/	Sul
44.	UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	https://repositorio.ufcspa.edu.br/	Sul
45.	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	http://www.repositorio.ufsc.br/	Sul

APÊNDICE D – REPOSITÓRIOS COM POLÍTICAS DISPONÍVEIS (EM SEUS SITES) (24)

(continua)

	Universidade	Política – Link	Região
1.	UFAM – Universidade Federal do Amazonas	http://riu.ufam.edu.br/Politica_RepositorioInstitucionalUFAM.pdf	Norte
2.	UFPA – Universidade Federal do Pará	http://repositorio.ufpa.br/jspui/Carta%20de%20Bel%20em.pdf	Norte
3.	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	http://www.ri.unir.br/politica_institucional_riunir.pdf	Norte
4.	UFT – Universidade Federal de Tocantins	http://download.uft.edu.br/?d=cd74ece3-f8af-4842-9e80c4dec7005cc7;1.0:Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2005_2011%20%20Sisbib%20%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20e%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20RI%20e%20da%20BDTD.pdf	Norte
5.	UFAL – Universidade Federal de Alagoas	http://www.repositorio.ufal.br/Politica_Repositorio_UFAL.pdf	Nordeste
6.	UFBA – Universidade Federal da Bahia	https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf	Nordeste
7.	UFC – Universidade Federal do Ceará	http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UFC_Consumi_2011_Resolucao02.pdf	Nordeste
8.	UFS – Universidade Federal de Sergipe	http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/3217/0502017_Reposit_rio_Institucional.pdf	Nordeste
9.	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf	Nordeste
10.	UFLA – Universidade Federal de Lavras	http://www.ufla.br/documentos/arquivos/083_13112012.pdf	Sudeste
11.	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	http://www.repositorio.ufop.br/image/resolucao_ceppe.pdf	Sudeste
12.	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	repositorio.ufu.br/static/sobre/politica_de_informacao_do_RI_UFU.pdf	Sudeste
13.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	https://dspaceprod02.grude.ufmg.br/dspace/static/politica/politica.html	Sudeste
14.	UFF – Universidade Federal Fluminense	http://www.bibliotecas.uff.br/sites/default/files/NORMA%20DE%20SERVI%C3%87O%20N%C2%BA%20655%20de%2003%20de%20janeiro%20de%202017%20POL%C3%8DTICA%20DEP%C3%93SITO%20RIUFF.pdf	Sudeste
15.	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	pantheon.ufrj.br//terms/politics.jsp	Sudeste
16.	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	http://www.acervo.ufvjm.edu.br/jsoui/resolucao.pdf	Sudeste

APÊNDICE D – REPOSITÓRIOS COM POLÍTICAS DISPONÍVEIS (EM SEUS SITES) (24)

(conclusão)

17.	UNB – Universidade de Brasília	repositorio.unb.br/documento/Resolucao_da_Politica de Informacao do RIUnb.pdf	Centro-Oeste
18.	UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	http://biblioteca.sites.ufms.br/files/2016/02/dspace_resolucao.pdf	Centro-Oeste
19.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	http://www.lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf	Sul
20.	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	http://www.repositorio.furg.br/static/politica	Sul
21.	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf	Sul
22.	UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa	http://dspace.unipampa.edu.br:8080/docs/resolucao.pdf	Sul
23.	UFFS – Universidade Federal da Integração da Fronteira Sul	https://rd.uffs.edu.br/documentos/politica_dspace-uffs.pdf	Sul
24.	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Portaria%20144_Reposit%C3%B3rio%20Institucional%20da%20UNILA(1).pdf	Sul

APÊNDICE E – REPOSITÓRIOS SEM POLÍTICAS DISPONÍVEIS (EM SEUS SITES) (18)

	Universidade	Região
1.	UFMA – Universidade Federal do Maranhão	Nordeste
2.	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste
3.	UFPI – Universidade Federal do Piauí	Nordeste
4.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Nordeste
5.	UNILAB – Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira	Nordeste
6.	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	Sudeste
7.	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	Sudeste
8.	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá	Sudeste
9.	UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos	Sudeste
10.	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sudeste
11.	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	Sudeste
12.	UFG – Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste
13.	UFGD – Universidade de Grande Dourados	Centro-Oeste
14.	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Sul
15.	UFPEL – Universidade Federal de Pelotas	Sul
16.	UFMS – Universidade Federal de Santa Maria	Sul
17.	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Sul
18.	UFSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Sul

**APÊNDICE F – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS CADASTRADOS NO OPENDOAR (30)**

	Universidade	Região
1.	UFT – Universidade Federal do Tocantins	Norte
2.	UFPA – Universidade Federal do Para	Norte
3.	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	Nordeste
4.	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste
5.	UFS – Universidade Federal de Sergipe	Nordeste
6.	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nordeste
7.	UFBA – Universidade Federal da Bahia	Nordeste
8.	UFC – Universidade Federal do Ceará	Nordeste
9.	UFMA – Universidade Federal do Maranhão	Nordeste
10.	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste
11.	UNB – Universidade de Brasília	Centro - Oeste
12.	UFGD – Universidade Federal de Grandes Dourados	Centro-Oeste
13.	UFG – Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste
14.	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Sudeste
15.	UFLA – Universidade Federal de Lavras	Sudeste
16.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Sudeste
17.	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Sudeste
18.	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	Sudeste
19.	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	Sudeste
20.	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	Sudeste
21.	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sudeste
22.	UFF – Universidade Federal Fluminense	Sudeste
23.	UFFS – Universidade Federal da Integração da Fronteira Sul	Sul
24.	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul
25.	UPEL – Universidade Federal de Pelotas	Sul
26.	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Sul
27.	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	Sul
28.	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Sul
29.	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	Sul
30.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul

**APÊNDICE G – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS CADASTRADOS NO ROAR (25)**

	Universidade	Região
1.	UFPA – Universidade Federal do Pará	Norte
2.	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste
3.	UFC – Universidade Federal do Ceará	Nordeste
4.	UFS – Universidade Federal de Sergipe	Nordeste
5.	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste
6.	UFBA – Universidade Federal da Bahia	Nordeste
7.	UFMA – Universidade Federal do Maranhão	Nordeste
8.	UNB – Universidade de Brasília	Centro-Oeste
9.	UFGD – Universidade Federal de Grande Dourados	Centro-Oeste
10.	UFG – Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste
11.	UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
12.	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Sudeste
13.	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Sudeste
14.	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	Sudeste
15.	UFU – Universidade Federal de Uberlândia	Sudeste
16.	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	Sudeste
17.	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Sudeste
18.	UFF – Universidade Federal Fluminense	Sudeste
19.	UFFS – Universidade Federal da Integração da Fronteira Sul	Sul
20.	UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sul
21.	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Sul
22.	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	Sul
23.	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Sul
24.	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	Sul
25.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sul

**APÊNDICE H – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILEIRAS CADASTRADOS APENAS NO OPENDOAR (5)**

	Universidade	Região
1.	UFT – Universidade Federal do Tocantins	Norte
2.	UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nordeste
3.	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	Nordeste
4.	UFLA – Universidade Federal de Lavras	Sudeste
5.	UFPEL – Universidade Federal de Pelotas	Sul

**APÊNDICE I – REPOSITÓRIOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
BRASILERAS CADASTRADOS APENAS NO ROAR (2)**

	Universidade	Região
1.	UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia	Norte
2.	UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul

ANEXO 1 - MODELO DE POLÍTICA DE FUNCIONAMENTO DE UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL POR LEITE (2009)

Os conteúdos que podem ser depositados no repositório institucional devem possuir as seguintes características:

- científicos ou academicamente orientados.
- produzidos, submetidos ou patrocinados pela instituição ou por membros da comunidade acadêmica.
- trabalho deve estar em formato digital.
- deve estar pronto para ser disseminado amplamente na rede ou, conforme exceções, acessível a níveis determinados.
- o autor deve estar habilitado a garantir à instituição o direito de preservar e distribuir o trabalho por meio do repositório mediante as condições estabelecidas.

Comunidades, coleções e conteúdos

Comunidades

O repositório é constituído de comunidades (e subcomunidades) que organizam seus conteúdos em coleções. Essas coleções guardam os documentos depositados. As comunidades representam a estrutura organizacional da universidade, ou seja, as unidades acadêmicas: faculdades, institutos, departamentos, centros de pesquisa, etc. Cada comunidade deve ter um coordenador designado que trabalhará conjuntamente com os gestores do repositório junto à Biblioteca Central. Portanto, o critério fundamental para a criação de comunidades é a estrutura acadêmica. No entanto, conforme haja necessidade de criação de comunidades que não se encaixem nesse critério, por exemplo, uma comunidade interdisciplinar ou multidisciplinar, os casos serão examinados um a um pelos gestores do repositório. A decisão sobre quem poderá autoarquivar em uma comunidade deve ser explícita nas políticas da comunidade. A orientação da política geral do repositório é que depositantes de uma comunidade devam se encaixar em pelo menos uma das categorias a seguir:

- Professores;
- Pesquisadores;
- Alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica;
- Pessoa designada por professor ou pesquisador para efetuar suas submissões.

Responsabilidades das comunidades

- Realizar submissão e descrição dos conteúdos
- Elaborar a política da comunidade em concordância com as políticas gerais do repositório;
- Tomar decisões sobre as definições da comunidade, coleções e membros em concordância com as políticas gerais do repositório;
- Informar à equipe gestora do repositório sobre alterações significativas nas comunidades ou coleções que impactam no processo de submissão de documentos;
- Responder às eventuais solicitações de confirmação de dados sobre a comunidade e estar apto a participar de eventuais avaliações dos serviços do repositório;
- Compreender e observar as políticas relevantes do Repositório e estar apta a educar os usuários membros das comunidades de acordo com essas orientações;
- Definir o fluxo do processo de submissão de conteúdos da comunidade ou de cada uma das coleções que a constitui;
- Orientar os seus membros sobre a necessidade de obtenção de liberação de direitos autorais para o depósito de documentos que já foram publicados e possuem restrição de copyright.;

Prerrogativas das comunidades

- Decidir sobre quem pode submeter conteúdos na comunidade, respeitando as determinações gerais das políticas do repositório;
- Decidir os conteúdos que podem ser depositados nas coleções, respeitando as determinações gerais das políticas do repositório;
- Limitar o acesso a conteúdos ou itens a determinados indivíduos, grupos ou aos gestores do repositório;
- Customizar a interface da comunidade, conforme possibilidades preestabelecidas;

- Criar ou eliminar subcomunidades;

Responsabilidades da biblioteca

- Reter, manter os conteúdos submetidos ao repositório;
- Garantir a qualidade dos metadados que descrevem os conteúdos;
- Disseminar conteúdos de acordo com as decisões da comunidade;
- Preservar os conteúdos usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas;
 - Notificar as comunidades de mudanças significativas de conteúdos, por exemplo, formatos de migração;

Prerrogativas da biblioteca

- Corrigir os metadados dos itens submetidos no repositório;
 - Inviabilizar a criação de comunidades ou coleções, bem como a publicação de documentos que não estejam de acordo com as diretrizes gerais de conteúdos do repositório;
 - Garantir a disponibilidade e a acessibilidade a conteúdos de comunidades que por qualquer motivo deixarem de existir;
 - Migrar o formato de itens caso o seu formato original depositado corra o risco de obsolescência;
- Estabelecer, caso seja necessário, cotas de depósito (tamanho de arquivos);

Coleções

Uma coleção corresponde à unidade na qual os conteúdos serão depositados e organizados. Comunidades devem necessariamente criar coleções. O repositório institucional sugere que as coleções devam ser criadas tendo a tipologia dos documentos como critério principal. Ou seja, cada coleção deve corresponder a um tipo específico de documento, por exemplo: coleção de artigos de periódicos avaliados pelos pares, coleção de trabalhos apresentados em congressos, coleção de teses e dissertações, etc. Contudo, caso haja necessidade, mediante avaliação por parte dos gestores do repositório, será possível criar coleções que não se encaixem nesse critério, como, por exemplo, uma coleção temática, representando um tópico ou linha de pesquisa.

Caso uma determinada unidade acadêmica que seja representada em uma comunidade e suas respectivas coleções deixem de existir, a biblioteca central garantirá a acessibilidade dos conteúdos de suas coleções mediante ações, tais como:

- Caso a unidade acadêmica seja incorporada ou fundida com outra unidade, as coleções serão transferidas para o domínio da nova constituição acadêmica;
- Caso a unidade acadêmica seja extinta, as coleções serão redistribuídas para comunidade de área do conhecimento afim, mediante interesse e acordo firmado com a comunidade receptora;
- Demais situações serão analisadas caso a caso.

Conteúdos

O repositório institucional permite a submissão dos seguintes tipos de documentos:

- Artigos científicos avaliados pelos pares (pós-prints);
- Artigos científicos não avaliados pelos pares (pré-prints);
- Textos para discussão; • Trabalhos apresentados em congressos;
- Relatórios técnicos de pesquisa (incluindo relatórios de iniciação científica);
- Materiais de aprendizagem (quais?);
 - Teses e dissertações;
- Monografias de especialização;
 - Arquivos multimídia;
 - Imagens.

Os conteúdos serão submetidos pelos membros das comunidades. Podem submeter conteúdos ao repositório professores, pesquisadores vinculados à universidade, alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica. Contudo, as comunidades são responsáveis pela decisão se todos esses ou parte deles têm permissão para o depósito. Os conteúdos submetidos devem estar em qualquer um dos formatos a

seguir relacionados: pdf, xls, ppt, wpd, doc, marc, os, eps, ai, mpp, mpx, mpd, gif, latex, mpeg, mpa, psd, gif, bmp, rtf, txt, mov etc.

Teses, dissertações ou outros materiais que porventura necessitem de tratamento diferenciado por conta de questões relacionadas com patentes ou proteção ao conhecimento podem ter sua disponibilidade limitada ou restrita a determinados grupos ou usuários.

Fonte: LEITE, 2009.

ANEXO 2 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A política do repositório da UFPA está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFPA. Disponível

em:<http://repositorio.ufpa.br/jspui/Politica_de_RD_UFPA.pdf> Acesso em : 22 fev.2019.

Repositório da UFPA. Disponível

em:<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/POLITICA%20DE%20METADADOS%20RIUFPA.pdf>>
Acesso em : 22 fev.2019.

ANEXO 3 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFT – UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A política do repositório da UFT está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFT. Disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=cd74ece3-f8af-4842-9e80c4dec7005cc7;1.0:Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2005_2011%20-%20Sisbib%20%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20e%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20RI%20e%20da%20BDTD.pdf>. Acesso em 18 nov.2018.

ANEXO 4 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A política do repositório da UFBA está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFBA. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/about/politica%20institucional.pdf>>. Acesso em 18 nov.2018.

ANEXO 5 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CEARÁ

A política do repositório da UFC está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFC. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/sobre/UFC_Consuni_2011_Resolucao02.pdf> Acesso em : 22 fev.2019.

ANEXO 6 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A política do repositório da UFS está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório UFS. Disponível em:

<http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/3217/0502017__Reposit_rio_Institucional.pdf
f> Acesso em : 22 fev.2019.

**ANEXO 7 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFPE – UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO**

A política do repositório da UFPE está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFPE. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/static/files/boletim-oficial.pdf>>
Acesso em 18 nov.2018

ANEXO 8 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A política do repositório da UFRN está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFRN. Disponível em:
<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf> Acesso em 18 nov.2018.

ANEXO 9 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFMS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

A política do repositório da UFMS está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFMS. Disponível em:
<http://biblioteca.sites.ufms.br/files/2016/02/dspace_resolucao.pdf> Acesso em 18 nov.2018.

ANEXO 10 – POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A política do repositório da UnB está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório UnB - Disponível
em:<http://repositorio.unb.br/documentos/Resolucao_da_Politica_de_Informacao_do_RIUnB.pdf> Acesso em : 22 fev.2019.

ANEXO 11 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

A política do repositório da UFMG está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório UFMG. Disponível
em:<<https://repositorio.ufmg.br/static/politica/11Port2017.pdf>> Acesso em : 22 fev.2019.

Disponível em:<<https://repositorio.ufmg.br/static/politica/comunidade-trabalhos-academicos.pdf>> Acesso em : 22 fev.2019.

Disponível em:<<https://repositorio.ufmg.br/static/politica/comunidade-publicacoes-cient%C3%ADficas-e-culturais.pdf>> Acesso em : 22 fev.2019.

ANEXO 12 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFOP – UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

A política do repositório da UFOP está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFOP. Disponível em:
<https://www.repositorio.ufop.br/image/resolucao_cepe.pdf> Acesso em 18 nov.2018.

ANEXO 13- POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFLA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

A política do repositório da UFLA está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFLA. Disponível em:
<http://www.ufla.br/documentos/arquivos/1_019_08052018.pdf> Acesso em 18
nov.2018.

**ANEXO 14 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFVJM – UNIVERSIDADE
FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

A política do repositório da UFVJM está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório UFVJM. Disponível em:<<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/resolucao.pdf>> Acesso em : 22 fev.2019.

ANEXO 15 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A política do repositório da UFF está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório – UFF. Disponível em:<
<http://www.bibliotecas.uff.br/sites/default/files/NORMA%20DE%20SERVI%C3%87O%20N%C2%BA%20655%20de%2003%20de%20janeiro%20de%202017%20-POL%C3%8DTICA%20DEP%C3%93SITO%20RIUFF.pdf>.> Acesso em : 22 fev.2019.

**ANEXO 16 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA UFRGS – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

A política do repositório da UFRGS está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório da UFRGS. Disponível em: <
https://lume.ufrgs.br/arquivos_download/Portaria-5068.pdf>. Acesso em 18
nov.2018.

ANEXO 17 - POLÍTICA DO REPOSITÓRIO DA FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

A política do repositório da FURG está disponível apenas para download não sendo possível copiá-la para colocá-la em anexo (Documento protegido). Por esse motivo, o endereço será anexado abaixo.

Repositório FURG. . Disponível em:< <http://repositorio.furg.br/static/politica>.> Acesso em : 22 fev.2019.
